

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atritos no início da reforma tributária (Artigo) 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Erros na redução generalizada de benefícios fiscais (Artigo) 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A cinco meses das eleições, Lula anuncia fim da "taxa das blusinhas" 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

"Fizemos nosso trabalho", diz presidente do TCU sobre atuação no Master 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

PagBank recupera volumes e expande serviço bancário 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Cade suspeita de fraude na venda da Kovr 15

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos querem fórmula automática para juros do consignado do INSS (Selic) 16

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL

Genial/Quaest: Após operação contra Ciro Nogueira, cresce percepção que caso Master afeta toda a classe política 18

PORTAL UOL - REPORTAGEM
SEGURIDADE SOCIAL

PGR aponta omissões e falhas na delação de empresário no caso do INSS 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Justiça Federal afasta IBS sobre exportação indireta 20

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda medidas para aliviar efeitos da reforma tributária sobre o setor aéreo 22

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda cria grupo com CGU para debater remuneração de bancos no split payment da Reforma Tributária 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo zera a taxa das blusinhas 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo busca opção a projeto de lei sobre preço da gasolina	27
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Lula assina MP que elimina cobrança da "taxa das blusinhas"	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Medida ameaça empregos no país, criticam entidades	31
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Como é a vida na Europa sem a tecnologia dos EUA	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
UE barra carne bovina brasileira a partir de setembro	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
IPCA desacelera em abril	37
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Políticos de outro planeta (Editorial)	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Guerra pesa em IPCA de 0,67% em abril	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inflação acumula alta anual de 3,8% nos EUA	41
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Alimentos e gasolina mostram efeitos da guerra na inflação	42
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Conflito faz alta de preços ser a maior em 3 anos nos EUA	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Alimentos e gasolina pesam, e inflação acende alerta	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Prévia do IGP-M perde fôlego com preço do petróleo	47
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Coalizão Indústria quer investir R\$ 1,1 tri até 2030	48
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Brasil entre dependência e liderança	49
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Mercado projeta volatilidade nos Treasuries em nova fase	51

Quarta-Feira, 13 de Maio de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BNDES lucra R\$ 3,1 bilhões o no 1 trimestre, alta de 17%..... 53

Atritos no início da reforma tributária (Artigo)

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

O mundo dos tributaristas, contadores e administradores tributários ferve após a publicação dos regulamentos dos novos **tributos** sobre o consumo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no fim de abril. Pelo menos dois pontos de preocupação já emergiram: drawback suspensão e utilização dos créditos tributários. Além disso, já há decisões judiciais colocando em xeque pontos da legislação do novo sistema.

O drawback suspensão é o principal mecanismo existente hoje para o Brasil fazer o que o mundo faz: não exportar **impostos**. Quando uma indústria importa um insumo para fabricar algo que será destinado ao mercado externo, ele ingressa no país com a cobrança dos **tributos** suspensa. Se o produto de fato for destinado ao mercado externo, a suspensão se converte em isenção.

É um sistema que funciona bem desde 1961, aponta o ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral, do escritório Barral Parente

Pinheiro. Foi mantido pela **reforma tributária**, mas o detalhamento das regras preocupa. "Na regulamentação agora, que é um decreto, eles criaram um monte de critérios adicionais que não existiam, que torna o sistema muito mais complicado", afirmou à coluna.

Segundo Barral, o governo argumenta que a suspensão de **tributos** é desnecessária, uma vez que o novo sistema garante a devolução dos **tributos** recolhidos ao longo da cadeia. "Mas ninguém sabe como vai ser essa devolução", comenta. "Além disso, vai haver um impacto gigantesco no fluxo financeiro das empresas."

Grande parte das exportações de manufaturados brasileiros é realizada por cerca de 2 mil empresas de médio porte. "Se não conseguirem preencher todos os novos requisitos, vão perder a oportunidade de utilizar drawback", acrescenta.

Ele considera ser esse um "retrocesso grande" na reforma. Vê uma janela aberta para a judicialização.

Também ex-secretário de Comércio Exterior, Lucas

Ferraz, coordenador do Centro de Estudos de Negócios Globais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), considera que a complexidade trazida pela regulamentação inviabiliza o regime. "Sem esse regime, as empresas brasileiras, sobretudo as pequenas e médias, estarão em clara desvantagem no mercado internacional."

O decreto estabelece que para usufruir do drawback a empresa depende de habilitação na **Receita Federal** e no Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS). Não haverá mais o crivo da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o que Ferraz considera um erro de competência. Precisa cumprir 14 requisitos, entre eles apresentar um relatório detalhado de capacidade industrial.

"A gestão de risco costuma ser mais rigorosa no comércio exterior porque a cobrança do tributo é medieval, é no momento que a mercadoria está entrando ou saindo", diz Adriano Pereira Subirá, presidente do Comitê Tributário Brasileiro (CTB). A tendência mundial é de aperto nas empresas, e não nas operações em si, acrescenta.

Mário Sérgio Carraro Telles, diretor de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta para outro aspecto dessa discussão: a isonomia entre insumos nacionais e estrangeiros. A lei complementar da **reforma tributária** diz que o drawback suspensão se aplica a insumos importados e "poderá" ser usado também nas aquisições internas. Os regulamentos confirmam que o regime abarcará compras no mercado interno.

"Para nós, essa equiparação em termos de isonomia competitiva é muito importante", afirma Telles. "É um avanço, mas para que ele fosse alcançado foi entendido pelo Comitê Gestor e pela **Receita Federal** que deveria haver aumento nas exigências em relação ao que tem hoje."

A coluna questionou a Receita e o Comitê Gestor, mas não obteve resposta.

A redução das exigências para habilitação no drawback é uma das sugestões que a CNI pretende

apresentar à Receita e ao Comitê Gestor.

Outro ponto da regulamentação que preocupa a CNI diz respeito ao "coração" da **reforma tributária**: a devolução de saldos credores de **tributos**. Há risco de uma empresa que tenha débito com exigibilidade suspensa não receber os créditos. "Esse débito está sendo discutido", explica. "Então, não faz sentido não devolver o saldo credor."

"De longe, essa questão da operacionalização da devolução dos créditos é o principal ponto de atenção na reforma como um todo", comenta a tributarista Fabiana Ribeiro Bastos, sócia do Heleno Torres Advogados. Ela observa que a regulamentação traz alguns elementos que protegem o contribuinte, como fixar prazos para devolução e estabelecer a correção dos créditos pela taxa Selic. Mas ainda há questões em aberto, como o que acontece se o crédito não for pago no prazo máximo de 90 dias.

É positivo que Receita e Comitê Gestor tenham aberto um prazo até o fim deste mês para receber sugestões dos contribuintes. Com diálogo, será possível encontrar um meio-termo entre o rigor necessário à fiscalização e a fluidez exigida pelos negócios, e superar as dificuldades naturais da implementação de uma mudança tão profunda como é a **reforma tributária**.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Erros na redução generalizada de benefícios fiscais (Artigo)

Leonardo Aguirra de Andrade é advogado tributarista, sócio do Andrade Maia Advogados

Hoje, a grande parte das empresas brasileiras está preocupada com o mesmo tema tributário: a redução de benefícios fiscais em decorrência da Lei Complementar (LC) nº 224, de 2025. Essa lei complementar promoveu uma redução significativa, linear e generalizada de benefícios fiscais federais, sem considerar as particularidades de cada setor ou as razões que justificaram a criação dos benefícios atingidos.

É verdade que a Emenda Constitucional nº 109/2021, em seu artigo 4º, exige uma redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária. No entanto, essa regra não determina, nem autoriza a abordagem ampla, não fundamentada e desconectada com as particularidades das políticas fiscais subjacentes a cada benefício fiscal reduzido, tal como realizada pela LC 224.

Aqui apresento seis pontos de preocupação com essa lei complementar.

Primeiro, a redução generalizada viola o artigo 150, parágrafo 6º, da Constituição, que exige que benefícios fiscais sejam concedidos por lei específica. Se a Constituição exige especificidade para instituir incentivos, a mesma lógica recomenda cautela também em sua revogação ou modificação. A especificidade aqui deve ser lida também como fundamento para proibir reduções lineares e genéricas de benefícios.

Segundo, a LC 224 adota uma premissa equivocada ao confundir benefício fiscal e regime de apuração. Os regimes de apuração, tal como lucro presumido ou Funrural, não são benefícios fiscais, e assim não podem ser tratados. No caso da redução do lucro presumido, há uma clara violação ao artigo 44 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que o regime do lucro presumido é uma forma de apuração do Imposto de Renda, e não um benefício fiscal. Isto é, a renda está sendo integralmente tributada, com base em uma presunção de margem de lucro.

Terceiro, há na LC 224 um problema de legalidade tributária. A lei não definiu integralmente, em seu próprio texto, quais benefícios seriam por ela

atingidos. Parte dos benefícios fiscais mitigados é identificada por referência a um "demonstrativo de gastos tributários" (DGT) que sequer foi publicado como anexo da norma. A delimitação concreta dos regimes afetados está baseada em elementos externos ao texto legal, o que viola o artigo 150, I e parágrafo 6º, da Constituição Federal, e o artigo 97 do CTN. A insegurança jurídica criada pela LC 224 foi tamanha que até mesmo a **Receita Federal** teve que ajustar o seu escopo de aplicação, sem base legal, em seu Perguntas e Respostas.

Hoje, o contribuinte só consegue saber se seu benefício fiscal foi mitigado, ou não, a partir da comparação entre o texto da LC 224, o anexo não publicado (DGT), a instrução normativa que regulamenta a matéria e o Perguntas e Respostas da **Receita Federal**. A natureza infralegal de parte dessas fontes denota uma ilegalidade clara.

Quarto, mesmo que se supere a discussão sobre legalidade, surge uma questão relacionada à anterioridade tributária. Isso porque a Lei Orçamentária Anual - que é uma parte indispensável da norma que reduziu certos benefícios fiscais - foi publicada apenas em 2026. Assim, a redução de benefícios ligados ao Imposto de Renda, tributo submetido à anterioridade anual, somente poderia ter eficácia a partir de 2027, e não já no ano de 2026.

Quinto, a LC 224 também pode suscitar problemas de retroatividade material. Em diversas situações, operações são estruturadas antes da ocorrência do fato gerador do tributo (incidente na venda da mercadoria) com base em determinada carga tributária - tal como ocorre em operações com preços regulados e operação de Siscomex, nas quais a mercadoria é adquirida e precificada considerando o regime fiscal vigente.

Alterações posteriores podem gerar um efeito surpresa equivalente à retroatividade.

Esse problema é particularmente sensível no setor farmacêutico, em que medicamentos possuem preço regulado e cadeias de suprimento com estoques relevantes. Empresas frequentemente adquirem produtos considerando determinada carga tributária - inclusive o regime de crédito presumido aplicável ao setor. Se a carga tributária aumenta no período entre a

aquisição e a venda da mercadoria, o contribuinte passa a suportar um custo que não pode ser repassado ao consumidor. Aqui um precedente do Supremo

Tribunal Federal (no Tema

168 da repercussão geral) pode servir de proteção do contribuinte, por analogia, para buscar a aplicação do princípio da irretroatividade material.

Sexto, os vícios acima apontados tendem a estimular o contencioso tributário, em tensão com o princípio da cooperação entre Fisco e contribuinte, que agora encontra fundamento no artigo 145 da Constituição. Esse princípio - que também orienta o Poder Legislativo - busca a construção de um sistema baseado em previsibilidade e diálogo institucional, o que não se observa com a LC 224.

Em síntese, embora o controle de benefícios fiscais seja um objetivo legítimo, a forma escolhida pela LC 224 - marcada pela generalização, pela ausência de análise das particularidades de cada incentivo, pela ilegalidade e pela retroatividade material dos seus efeitos - tem gerado significativa insegurança jurídica, e aumentará o contencioso tributário sobre a matéria. A revisão desses regimes exige uma abordagem criteriosa e sensível às particularidades de cada política tributária. Não é o que se verifica na LC 224.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

A cinco meses das eleições, Lula anuncia fim da "taxa das blusinhas"

LAURIBERTO POMPEU E FABIO GRANER
lauriberto.pompeu@bsb.oglobo.com.br (Colaborou Ana Carolina Diniz)

Faltando cinco meses para as eleições, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem o fim da chamada "taxa das blusinhas", a cobrança de 20% para produtos importados de até US\$ 50. Como informou O GLOBO no mês passado, a ala política do governo defendia a revogação total da tarifa, apontada nos bastidores como um foco de desgastes da atual gestão. De acordo com dados da **Receita Federal**, o governo arrecadou o valor recorde de R\$ 5 bilhões em Imposto de Importação em 2025 com as encomendas internacionais. Nos quatro primeiros meses deste ano, o acumulado é de R\$ 1,78 bilhão, uma alta de 25% na comparação com o mesmo período do ano passado.

O termo "taxa das blusinhas" é usado para se referir ao programa Remessa Conforme, criado para viabilizar a cobrança do Imposto de Importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, criado há dois anos.

A taxa agora está zerada, mas ainda haverá a cobrança de ICMS, que varia entre 17% e 20% na maioria dos estados.

Para compras acima de US\$ 50, continua valendo o imposto federal de 60%.

Segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, a mudança será por medida provisória assinada. No anúncio da medida, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, dirigiu-se a Lula e fez um discurso de caráter eleitoral.

-O que importa é que são produtos de consumo popular. Os números mostram que a maior parte das compras é de pequeno valor. O que o senhor está fazendo é retirar **impostos** federais do consumo popular, do consumo das pessoas mais pobres. O senhor está melhorando o perfil da nossa tributação - disse Moretti.

PLANALTO ACELEROU PASSO

O anúncio também contou com as presenças da primeira-dama Janja, do vice-presidente Geraldo Alckmin e dos ministros da Secretaria-Geral,

Guilherme Boulos; das Relações Institucionais, José Guimarães; da Indústria, Márcio Elias Rosa; da Secretaria de Comunicação, Sidônio Palmeira; do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA); e da deputada

Gleisi Hoffmann (PT-PR).

O principal receio sobre a redução da taxa vinha das empresas varejistas brasileiras, que defendem a tributação como forma de equilibrar a concorrência com grandes plataformas de e-commerce estrangeiras, mas movimentos recentes da oposição sobre o tema aceleraram o passo do Planalto na direção do fim da cobrança.

Na semana passada, foram colhidas assinaturas para que o tema fosse pautado no plenário da Câmara, e o senador Flavio Bolsonaro, pré-candidato à presidência, defendeu o avanço da matéria.

Há diversas propostas sobre o tema em tramitação no Congresso desde que os parlamentares, liderados pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira, aprovaram a elevação do tributo em 2024. Com a medida provisória, o Palácio do Planalto faz a isenção valer desde já e pode bradar que adotou a medida.

No governo, a Secretaria de Comunicação, comandada por Sidônio Palmeira, era quem mais lutava pela revogação, junto com a primeira-dama Janja -que em 2023 havia conseguido barrar uma primeira tentativa de cobrança pelo então ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Sidônio tinha dados mostrando que esse tema era um dos que mais pesavam negativamente na aprovação do governo. Mais recentemente, os novos ministros Guilherme Boulos e José Guimarães se uniram ao coro, deixando Alckmin isolado.

O Ministério da Fazenda há um bom tempo já não resistia à ideia, mas não cerrava fileiras ostensivamente com nenhum dos polos, dadas as múltiplas implicações da medida. Esta pode dar uma ajuda aos Correios, que perderam muito espaço na entrega de produtos importados. A tendência de alta no volume de importações pode melhorar um pouco as receitas da companhia, ainda que longe de resolver seus graves problemas de desequilíbrio.

ASSOCIAÇÕES CRITICAM

A ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, aproveitou o anúncio para fazer uma declaração a pedido da Janja. Ela reclamou da forma como a taxa é conhecida.

-- Muito se fala em "taxa das blusinhas", que embute informações incorretas. A primeira é que parece que só mulher compra nesses sites. Não é verdade, tem muita criança, que pega pequenos selinhos, canetinhas etc., mas também homem que compra gadgets, capa de celular etc.

Em nota, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) afirmou que a medida amplia a desigualdade tributária entre empresas brasileiras e plataformas estrangeiras e representa uma ameaça à indústria e ao varejo formal.

Já a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex) falou em risco para "os 18 milhões de empregos gerados pela indústria e varejo".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Fizemos nosso trabalho", diz presidente do TCU sobre atuação no Master

Guilherme Pimenta

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, afirmou que a corte atuou "dentro do seu estrito dever de ser fiscalizador de segunda ordem" no caso que analisou a liquidação do Banco Master pelo Banco Central. Em entrevista ao Valor, ele acrescentou que tem confiança nos membros do Tribunal quando questionado sobre notícias a respeito de possíveis delações de ministros no âmbito do processo criminal.

"Eu conheço os colegas e sei do trabalho deles. E eu tenho a absoluta convicção de que, como presidente do tribunal, nós trabalhamos aqui dentro do estrito cumprimento do nosso dever", respondeu o ministro, que está no segundo e último ano à frente do comando do TCU.

Segundo o jornal O Globo, ministros do tribunal podem ser delatados por Daniel Vorcaro, CEO do Master, hoje preso no âmbito da operação que apura irregularidades e crimes contra o sistema financeiro devido à sua atuação no comando da instituição financeira.

Na entrevista, Vital do Rêgo contou ainda que a corte deve lançar antes da eleição um painel para monitorar emendas parlamentares ao Orçamento, que vai permitir o rastreamento e acompanhamento de todas as fases dos recursos destinados por congressistas.

O projeto é prometido desde o final de 2023. Segundo o presidente, um dos motivos do atraso foi a necessidade de alinhar o sistema à publicidade exigida pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que relata ações sobre a transparência e rastreabilidade de emendas. Também foi necessário chegar a uma linguagem comum com outros ministérios sobre o tema.

O ministro comentou ainda a expectativa para chegada ao tribunal do deputado Odair Cunha (PTMG), indicado da Câmara para o cargo. Vital negou que a tensão entre Executivo e Legislativo chegue ao TCU e disse que o órgão cumprirá a decisão do STF sobre os penduricalhos. Em outra frente, afirmou que uma das marcas de sua gestão será aproximar o tribunal do cidadão e dos gestores.

A seguir os principais pontos da entrevista ao

Valor:

O que o senhor pretende fazer do ponto de vista institucional até o fim do mandato?

Vital do Rêgo: Nós cumprimos todas as metas no primeiro ano que tínhamos estabelecido durante a nossa preparação para assumir a presidência. O TCU se aproximou mais do cidadão. Nós estamos percorrendo o Brasil inteiro com diálogos públicos, que são encontros em que os principais temas que interessam ao Estado e aos municípios são levados pelo TCU para o encontro com gestores, incluindo prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e principalmente o gestor público, aquele que está à frente da compra, aquele que está à frente da fiscalização. Então, nós treinamos eles, porque temos o interesse de dar condições ao gestor, diante da disparidade que existe entre os 5.700 municípios brasileiros. Tem gestor que tem todas as condições, como uma assessoria, outros não têm. Criamos uma Secretaria de Relação Institucional que se aproximou dos poderes da República: da Câmara, do Senado, e do Poder Judiciário, e conseguimos efetivamente grandes vitórias.

Valor: Quais? Vital: Valor:

Principalmente naquelas que redimensionam a nossa condição junto à legislação em vigor, redimensionando as carreiras aqui do TCU como carreiras de Estado. Foi uma vitória muito grande quando aprovamos o nosso projeto de lei que define todo esse novo padrão. Para o tribunal, para os auditores e técnicos, isso deu uma segurança na carreira muito grande, uma motivação muito grande. E, ao final, nós temos também outros projetos que são bastante claros, como o Compromisso Cidadão, que visa elencar pontos que precisam ser resolvidos em determinada região. Chama o prefeito, chama o técnico, chama a Caixa Econômica, e aí fazemos um grande encontro e todos se comprometem naquela data a resolver o problema daquela creche, daquela escola que está inacabada. Nesse sentido, estimulamos, diante do cenário de obras inacabadas no Brasil, que o cidadão seja um auditor social. Ele recebe um treinamento nosso para acompanhar uma obra e nos informar. Então nós estimulamos muito isso. O que pretendemos fazer

agora, neste segundo ano, é aperfeiçoar cada vez mais esse nosso elo de ligação com o cidadão através de toda a representatividade que ele tem. Fora do país, mantivemos a nossa liderança na Intosai [Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores], que congrega 194 países. É o órgão que tem maior representação do mundo. E temos a liderança da Olacefs [Organização Latinoamericana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores], que é o órgão regional de controle da América Latina e do Caribe. Além disso, tivemos um ano cultural muito importante. A gente entende que o nosso instituto cultural [Serzedello Corrêa] estava muito distante, até de Brasília mesmo. No primeiro semestre, tivemos uma exposição de Tarsila do Amaral, que foi um sucesso. Para o futuro, teremos uma exposição de três meses de Renoir.

Valor: O tema que marcou o ano do TCU até o momento foi a atuação na liquidação do Banco Master. O tribunal entrou no foco do acompanhamento público. O senhor avalia que a corte, devido à atuação do ministro-relator [Jhonatan de Jesus], se expôs muito nesse caso?

Vital: O Banco Master é um ente bancário, um ente privado, que tem um regulador, que é o Banco Central, que funciona como uma agência. Nessa condição de regulador de segunda ordem, que é o TCU, eu tive que intervir quando começou a se discutir que a liquidação que foi feita no banco poderia ou não ser revertida. Para mostrar o tamanho da nossa responsabilidade, encurtei meu recesso para vir a Brasília e dizer que nós vamos atuar estritamente dentro do nosso controle. Nós não estamos discutindo se o banco devia ou não ser liquidado. Foi liquidado. Agora, fizemos o nosso trabalho, levantamos todas as dúvidas que nós tínhamos, mandamos para o relator, que suspendeu o processo até que a Polícia Federal e a Procuradoria concluíssem as suas necessárias responsabilizações. Foi algo que mexeu com a imprensa, então eu tive de guardar o nome do TCU, que é muito caro para todos nós, é um patrimônio do Brasil. O TCU entrou no seu estrito dever de ser fiscalizador de segunda ordem.

Valor: O jornal O Globo divulgou que algum ministro do TCU poderia ser delatado por executivos do banco devido a esse caso. O senhor teme que isso aconteça e manche a imagem do tribunal?

Vital: O processo é incipiente, inconclusivo, ainda está na esfera de programação dos delatores, daquilo que querem abordar, e depois dos órgãos instruidores, como a Procuradoria-Geral da República, o STF e a Polícia Federal, com relação àquilo que serve ou não para eles. E neste momento, com vazamentos, prefiro não mencionar, até porque eu conheço os colegas e

sei do trabalho deles. Tenho a absoluta convicção de que nós trabalhamos dentro do estrito cumprimento do nosso dever.

Valor: Há uma expectativa grande em relação ao painel para monitoramento das emendas parlamentares, ainda não lançado. Sairá este ano?

Vital: Sai este ano. O que aconteceu no painel é que existiam cinco diferentes formas de colocar a obra inacabada no contexto da plataforma. O TCU pensava de um jeito e tinha o seu acompanhamento, a Casa Civil pensava de outro jeito, o Ministério da Gestão e Inovação pensava de outro jeito, outros ministérios pensavam de outro jeito. Recentemente, me reuni com a equipe e nós conseguimos desenvolver uma plataforma com uma linguagem comum entre esses atores. Vai ser um dos grandes marcos dessa gestão. Nós estamos em fase terminal de aplicação dessas linguagens diferentes.

Valor:

O que podemos esperar desse painel na prática? Será possível fazer um acompanhamento amplo do recurso público?

Vital: O cidadão vai analisar desde o empenho, desde o contrato de convênio, que pode ser feito via emenda ou políticas públicas. A emenda parlamentar gera um contrato de convênio entre o governo federal por meio do ministério envolvido, da Caixa Econômica, do Ministério das Cidades e o município X. Esse contrato de convênio passa a ser executado. Quem executa ele? Normalmente, se for público, é a Caixa Econômica Federal. Quem supervisiona e acompanha é o TCU. A gente chama em engenharia as medições: tem uma nota fiscal daquela construtora ou daquele ente privado que fez a medição para poder receber o dinheiro. Então, ele apresenta a nota fiscal, que estará no painel. Daquela nota fiscal, vai se dizer o que foi gasto. E o que nós vamos confrontar? O que foi gasto com o que está realmente feito. A nota fiscal vai para o controle interno, que é exercido pela [Controladoria-Geral da União] CGU e pelo órgão de controle interno do ministério. E então todas as notas, todos os empenhos, para quem foi a nota, quem assinou a nota fiscal. Vai ser possível controlar a empresa fantasma, que muitas vezes não constrói [a obra], mas emite a nota fiscal. É um show. Por isso que a gente não podia lançar com qualquer deslize. Tivemos um grande problema [para reunir informações], que foi o período de 2020 a 2024. Desde 2024 até hoje, foi muito mais fácil. A relação que nós tivemos

com o ministro Flávio Dino [do STF] foi super positiva, ele hoje já é muito entusiasmado.

Valor: Há alguma esperança de ser lançado antes das eleições? Com essa plataforma, nesse formato, o cidadão vai poder encontrar irregularidades de candidatos.

Vital: Sem querer me antecipar, até porque não depende só do TCU, mas o esforço é para sair antes da eleição.

Valor: O senhor teme que o Congresso possa ter alguma resistência para impedir?

Vital: Eu sou do tempo do Congresso que lutava para publicizar minhas emendas. Eu chegava na cidade onde eu colocava as emendas e dizia que fui eu. Então, não há motivo para resistência. Nossa relação com as comissões no Congresso, tanto do Senado como da Câmara, se aproximou muito nessa gestão, preparamos uma cartilha para o parlamentar poder saber quais os passos que ele pode dar para otimizar o desenvolvimento daquela emenda.

Valor: Como o TCU tem atuado com outros órgãos para fiscalizar as emendas do ponto de vista do controle externo?

Vital: Nós fizemos um trabalho técnico, de assessoramento ao Supremo Tribunal Federal sobre todo o desenvolvimento do controle acerca dessas emendas. Elaboramos notas técnicas que foram usadas pelo ministro para subsidiar as suas decisões. Então, esse trabalho nós fizemos e, repito, ficou muito marcante a evolução e isso aconteceu graças à interferência do Supremo, do TCU e da própria Câmara e do Senado.

Valor: No ano passado, foi constatado um grande rombo nos Correios. O senhor quis dar um foco maior em estatais. Como está a atuação do TCU?

Vital: O Estado tem de estar presente naquilo que interessa à cidadania. Na saúde integral, tem que oferecer ao cidadão uma escola pública integral, uma escola técnica, uma universidade. Há algum tempo, a gente tinha uma lista de estatais no Brasil que eram absolutamente desnecessárias. Não estou falando especificamente sobre os Correios. O que aconteceu ao longo do tempo é que as nossas estatais se acomodaram em não ter competitividade com política pública, com a iniciativa privada. E esse comodismo criou uma mística, um mantra, que o serviço público era lento, era mal remunerado, em comparação com o mesmo serviço que presta a iniciativa privada. Quem dimensiona o que deve ser desestatizado ou não é o governo democraticamente eleito, e quem regula a legalidade dessa desestatização é um órgão que tem três letras: TCU. Foi a briga que tive com a

Eletrobras. Perdi, e não obstante respeitar a decisão do tribunal, levei números à época que provavam que a nossa estatal foi vendida muito aquém da realidade. Tanto é assim que, hoje, na iniciativa privada, ela está estourando de dividendos para os seus acionistas. Foi uma venda mal feita. A minha tarefa é fiscalizar a legalidade e o controle dessa licitação, dessa desestatização.

Valor: Mas o TCU precisa reforçar o olhar para essas empresas, principalmente a partir do caso Correios?

Vital: O TCU tem dados e monitoramento sobre as estatais permanentemente. Durante os 12 meses, temos análises constantes do Orçamento a partir do relator das contas. Então, você tem um acompanhamento diário do Orçamento. E a gente vem dizendo que as estatais agonizam, e agonizam por força de uma política histórica de ineficiência, muitas vezes baixa competitividade, e é preciso que se dê efetivamente uma condição. O governo pode optar por não privatizar os Correios porque quer que ele tenha uma função social, mas então vamos arrumar a casa.

Valor: Recentemente, o TCU tomou uma decisão de impacto, suspendendo a concessão de consignado pelo **INSS** - revertida parcialmente pelo relator. O governo reclamou mais uma vez que foi pego de surpresa e não foi ouvido.

Vital: O ministro-relator [Marcos Bemquerer Costa] tomou a decisão que achava correta, e foi referendada por unanimidade no plenário. É um tema super delicado, mas quando chega a hora do TCU agir não podemos nos esconder de uma realidade preeminente, pois aqui temos que guardar cada centavo que é disponibilizado pelo governo do povo brasileiro. O trabalho foi muito bem feito. Eu sei que o governo pode achar [ruim], mas o **INSS** precisa ter um freio de arrumação cada vez mais real, e não podemos empurrar essas situações mês a mês. Tenho absoluta certeza que até no recurso o governo

vai se explicar e tentar a gente mediar uma solução.

Valor: O ápice do embate entre Executivo e Congresso foi a reprovação da indicação de Jorge Messias ao Supremo, pelo Senado. Esse clima pode chegar ao TCU, já que é órgão vinculado ao Congresso?

Vital: Zero. Zero chance. Nós acompanhamos aqui o discorrer dessa decisão do Congresso a respeito da indicação do ministro Messias. Para mim, reunia todas as condições, como outros que foram aventados também reuniam, mas tem que se respeitar a decisão suprema do Senado Federal. Eu já fui de lá e, quando estava lá, exigia que respeitassem as nossas decisões. Mas zero chance de impactar a nossa

responsabilidade aqui.

Valor: O TCU receberá um novo ministro em breve. Como o sr. avalia a chegada de Odair Cunha?

Vital: O conceito que tenho dele é o melhor possível. Minha primeira Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado foi a CPI do Cachoeira, e o Odair [Cunha] era o relator. Convivi com o Odair jovem, e agora já são seis mandatos. Um cara experimentado que sempre pautou sua trajetória política pela discricção, moderação e conhecimento daquilo que faz. Já foi líder de partido, exerceu posições-chave no Congresso. Fizemos diversas reuniões para ambientá-lo, e o dia 20 de maio [posse] vai ser muito marcante. Temos muita expectativa positiva sobre ele.

Valor: O Supremo está analisando a constitucionalidade da área de resolução consensual do TCU, em julgamento atualmente apertado (1 x 1, com pedido de vista de Cristiano Zanin). O sr. está otimista com o resultado?

Vital: Muito otimista, porque entendo que a avaliação do Supremo sempre será soberana e absolutamente técnica. Nós temos cem números de manifestações da sociedade civil pela constitucionalidade, pela relevância do tema, e a secretaria tem traduzido o seu trabalho de altíssima relevância para destravar a economia brasileira. Sobre sua constitucionalidade, é clara a Constituição que dá os limites judiciais ao tribunal de contas para promover o consenso. Hoje o consenso é, sem dúvida alguma, o norte de todas as decisões administrativas, definindo que esse é sempre o melhor caminho.

Valor: O TCU seguirá as decisões do Supremo em relação aos penduricalhos? Há um temor de que o órgão drible a regra com uma ação ainda a ser julgada.

Vital: Vamos seguir rigidamente as decisões do Supremo e vamos manter a nossa relação de paridade com o Superior Tribunal de Justiça, como manda a Constituição Federal.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

PagBank recupera volumes e expande serviço bancário

Lais Godinho De São Paulo

O PagBank continuou a mostrar sinais de recuperação no volume total de pagamentos (TPV) no primeiro trimestre de 2026, enquanto os serviços bancários seguiram em expansão, impulsionados pelo crédito. Por outro lado, o avanço do lucro bruto ficou abaixo das projeções ("guidance") da instituição para este ano.

O lucro líquido recorrente do PagBank foi de R\$ 575 milhões no primeiro trimestre de 2026, queda de 15,2% em relação ao trimestre anterior e alta de 3,8% na comparação anual. Já o lucro bruto somou R\$ 1,889 bilhão, com recuo trimestral de 8,2% e avanço anual de 0,8%. O guidance do PagBank para 2026 prevê crescimento de 6% a 9% no lucro bruto ante 2025.

Questionado por analistas durante a teleconferência de resultados, Gustavo Sechin, executivo-chefe de finanças do PagBank, afirmou que, para atingir a meta de lucro bruto, a instituição conta com a expansão das operações de pagamentos e serviços bancários, além de uma queda da Selic ao longo do ano, o que reduziria a pressão sobre os custos financeiros. O PagBank projeta a taxa básica de juros em torno de 13,5% no fim de 2026. "É importante lembrar que, como já discutimos, ultrapassamos a pior parte do ciclo no setor de pagamentos e estamos apenas no início da nossa jornada no crédito. Portanto, ambos os segmentos irão sustentar e impulsionar a tendência de lucro bruto daqui para frente", disse o executivo.

A receita total do PagBank atingiu R\$ 3,335 bilhões, queda de 6,0% no trimestre e alta de 6,4% em 12 meses. Na área de pagamentos, a receita foi de R\$ 2,516 bilhões, com recuo de 9,8% na comparação trimestral e de 1,4% na anual. Já os serviços bancários geraram R\$ 819 milhões, alta de 8,2% e 40,6%, respectivamente.

O TPV da aquisição foi de R\$ 128,2 bilhões nos três primeiros meses do ano, queda de 9,9% em relação ao trimestre anterior e praticamente estável na comparação anual (-0,3%). Apesar do recuo trimestral, influenciado pela sazonalidade, o CEO do PagBank, Carlos Mauad, afirmou que a tendência é de retomada do crescimento na comparação anual.

No terceiro trimestre de 2025, o TPV havia somado R\$ 129,8 bilhões, com queda anual de 4,7%. No quarto trimestre, o volume chegou a R\$ 142,4 bilhões, ainda com retração anual de 2,5%. Agora, no primeiro trimestre de 2026, o indicador ficou praticamente estável na base anual. "A gente vai buscar a continuidade desse crescimento. Cada mês a gente observa isso", disse Mauad.

A carteira de crédito do PagBank atingiu R\$ 5 bilhões ao fim de março, alta de 8,8% no trimestre e de 35,9% em 12 meses. A inadimplência acima de 90 dias ficou em 3,05%, ante 2,9% em dezembro e 2,3% em março de 2025. O PagBank tem como meta alcançar R\$ 25 bilhões em carteira de crédito até 2029.

A maior parte da carteira (71%) está em crédito consignado. Sobre as mudanças no consignado do **INSS**, anunciadas pelo governo federal, Mauad afirmou esperar um efeito positivo no curto prazo, com a migração da demanda do cartão de crédito consignado - que deixará de ter margem exclusiva de 5% - para o empréstimo consignado. À frente, com a queda da margem total de consignado do **INSS**, ele espera que o consignado privado ganhe participação. Hoje, o produto está restrito aos funcionários do UOL, mas deve ser ampliado para o mercado no segundo semestre deste ano.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Cade suspeita de fraude na venda da Kovr

Beatriz Olivon

A compra da seguradora Kovr, que pertencia ao Master, pela PicPay, do grupo J F, foi aprovada nesta semana pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), mas há uma ponta solta que ainda pode causar dor de cabeça às empresas. Ao mesmo tempo que aprovou sem restrições o negócio, por não ver risco de concentração, a superintendenciageral (SG) do órgão abriu uma investigação sobre a operação.

O foco da área técnica é verificar se ocorreu "gun jumping", uma infração concorrencial que consiste na consumação antecipada do negócio e pode resultar em aplicação de multa pela autarquia. Além disso, segundo fonte ouvida pelo Valor, os técnicos também averiguam se a operação teve alguma fraude a credores ou à liquidação do banco e esse ponto, se confirmado, não gera consequências no Cade, mas será enviado a outros órgãos responsáveis, como o Banco Central (BC).

A forma como o Master se desfez da Kovr acendeu o alerta no Cade. A venda da seguradora foi anunciada em setembro como um "management buyout", uma operação em que os próprios executivos adquirem o negócio. Surgiu uma desconfiança no mercado de que o real comprador era a J F. Em janeiro, o prospecto de IPO do PicPay indicava que parte dos valores da abertura de capital seria utilizada para a compra da

Kovr, conforme noticiou o Pipeline, site de negócios do Valor.

A operação com a PicPay, no entanto, só chegou ao Cade em fevereiro. Na ocasião a empresa justificou que o negócio configurava uma oportunidade de expandir sua atuação para os segmentos de seguros, capitalização e **previdência complementar** aberta e que seria possível entrar no segmento de corretagem de seguros. Em março, a área técnica do Cade pediu uma documentação extra no caso, apontando que, segundo a notificação, não teriam sido apresentadas operações ao Cade pelo Grupo Kovr nos últimos cinco anos.

Quando o ato de concentração entre o Banco de Brasília (BRB) e o Master foi assinado, foi informado que uma etapa inicial da operação seria segregar um conjunto de empresas integralmente do Master e transferidas para uma nova empresa, denominada Master Serviços, que seria controlada pelo ex-

banqueiro Daniel Vorcaro, entre elas a Kovr Participações. A Kovr informou ao Cade a mudança da sua estrutura societária.

No órgão, no entanto, havia um receio da área técnica de aprovar a operação - que não tem riscos concorrenciais -, por que não se descartava a suspeita de haver algum tipo de fraude e o gun jumping. Por isso, a aprovação correu em paralelo à abertura da investigação.

Para pessoas ligadas à operação, contudo, a acusação de gun jumping não faria sentido, porque a PicPay segue sem ingerência na Kovr. Além disso, alegam que a investigação de fraude no Cade também não procede, porque o negócio não se relaciona ao Master e, inclusive, isso já teria sido esclarecido em resposta ao Cade, indicando que quando vendida ao PicPay, a Kovr já não era do Master.

Procurada, a defesa de Daniel Vorcaro não quis se manifestar. O PicPay informou que tem conhecimento de que foram consultadas as autoridades competentes no processo de aquisição da Kovr pelos administradores e que tudo vem sendo conduzido em conformidade com a legislação e com as orientações regulatórias aplicáveis. Não foram localizados representantes da Kovr.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Bancos querem fórmula automática para juros do consignado do INSS (Selic)

Cristiane Gercina

As instituições financeiras querem uma fórmula automática para os juros do crédito consignado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e devem buscar uma reversão, no Congresso, contra o fim do cartão consignado previsto na medida provisória do Desenrola Brasil .

A ideia é vincular a taxa do **INSS** a um índice de juros futuros de longo prazo, e não à Selic . "Evitaria perder muita energia", afirma Leandro Vilain, CEO da ABBC (Associação Brasileira de Bancos) em entrevista à Folha . Vilain diz que o setor ainda não mergulhou nos detalhes metodológicos de como isso funcionaria na prática, mas que o tema vem sendo debatido com o Ministério da **Previdência Social** .

A taxa de juros é definida todo mês pelo CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**) com estudos, negociações e disputas, e já foi motivo de embate entre bancos e o governo no início da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2023.

O assunto voltou ao debate com a queda da Selic - taxa básica de juros da economia- e a decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) de suspender o empréstimo consignado, medida revertida -em partes- depois.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Outro ponto abordado por ele é a extinção do cartão consignado prevista no Desenrola. Vilain acredita que as medidas do governo quanto ao endividamento estão corretas, mas afirma que encerrar uma ferramenta de crédito como o cartão, que também tem juros controlados, poderá fazer com que aposentados e pensionistas busquem crédito mais caro.

Segundo o executivo, o debate ainda está em aberto e o setor estará preparado para atuar no Legislativo contra a extinção do cartão consignado. "Enquanto você corta o cartão para um consumidor que precisa desse tipo de crédito, ele vai tomar outro, provavelmente com uma taxa mais cara", diz.

O cartão consignado do **INSS** opera com taxa de 2,46% ao mês e a do empréstimo pessoal consignado está limitada em 1,85% ao mês. Para Vilain, a prioridade deve ser minimizar o impacto no consumidor final, e o debate sobre qual produto é mais adequado precisa considerar essa realidade.

Vilain avaliou de forma positivo o TCU em relação à suspensão total do consignado do **INSS** . Segundo ele, a medida original teria prejudicado cerca de 17 milhões de beneficiários, aproximadamente 50% do total, que já estão negativados e dependem desse produto como única fonte de crédito acessível.

"Se suspende esse consumidor, uma metade não tem sequer acesso e outra metade não conseguiria", afirma.

Na audiência realizada na sexta-feira (8), representantes dos bancos e do governo apresentaram à corte de contas os avanços implementados no sistema de contratação do consignado, com destaque para a implantação da biometria e três etapas de segurança.

Segundo ele, dos oito pontos apontados pelo tribunal como com necessidade de implantação, seis já haviam sido implementados pela Dataprev (empresa de tecnologia do governo). Os dois restantes, segundo ele, estariam concluídos até o final de maio.

O executivo descreveu o processo atual de contratação como repleto de camadas de proteção. Primeiro, o beneficiário precisa acessar o portal Meu **INSS** e desbloquear o benefício com biometria; depois, contratar o crédito pelo banco; por fim, retornar ao Meu **INSS** para autorizar o contrato novamente. "Se for necessário camadas adicionais de segurança, a gente é favorável", afirmou.

A ABBC reúne 118 instituições financeiras.

Desde 5 de maio, a margem consignável do empréstimo está limitada em 40%. Do total, 35% podem ser usados para o empréstimo pessoal consignado e 5% para o cartão consignado ou para saque.

Como era antes:

Como ficou:

Nada muda para quem já tem contrato em andamento.

Como era antes:

O segurado poderia comprometer até 10% de sua renda com cartão consignado, sendo 5% com cartão de crédito e mais 5% com cartão de benefício

Como ficou:

Como era antes:

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/05/bancos-querem-formula-automatica-para-juros-do-consignado-do-inss.shtml>

Genial/Quaest: Após operação contra Ciro Nogueira, cresce percepção que caso Master afeta toda a classe política

Após o senador Ciro Nogueira (PP-PI) ter sido alvo de uma operação deflagrada pela Polícia Federal (PF) na quinta-feira passada, que investiga o esquema bilionário de fraudes envolvendo o Banco Master, o percentual dos brasileiros que consideram que o escândalo afeta toda a classe política subiu para 46%. Na divulgação anterior, em março, o índice era de 40%. O cenário ocorre em meio às tentativas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em atribuir o caso para seus adversários.

Ex-ministro do governo de Jair Bolsonaro e um dos principais líderes do centrão no Congresso Nacional, Ciro teria atuado, segundo as investigações, em favor de Vercaro em troca do recebimento de vantagens econômicas indevidas.

Quem foi mais afetado negativamente pelo escândalo do Banco Master?

Ao todo, a pesquisa ouviu 2.004 pessoas pelo país entre os dias 8 e 11 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, com índice de confiança de 95%. O levantamento foi registrado na Justiça Eleitoral sob o número BR-03598/2026.

Bolsomaster

De olho na disputa eleitoral, o PT divulgou um vídeo durante o Congresso Nacional do partido, no final de abril, em que associa Flávio ao caso Master. O material define o senador como o filho mais corrupto de Bolsonaro, além de chamar o escândalo de bolsomaster. Flávio, no entanto, não é investigado no caso.

O material faz parte da estratégia do PT em tentar se desvincular das fraudes que envolvem o banco de Daniel Vercaro, preso pela Polícia Federal. Conforme mostrou o GLOBO, o presidente do partido, Edinho Silva, afirmou em entrevista à Record News no dia 13 de abril que a responsabilidade do caso é de Bolsonaro, que indicou o ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que esteve à frente da instituição em meio ao esquema.

O material divulgado pelo PT lembra que Vercaro assumiu o controle do banco no início do mandato de Campos Neto, em outubro de 2019, durante o primeiro ano de governo de Bolsonaro. Além disso, o vídeo também mencionou o empresário e pastor Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro e também preso pela PF por suspeita de integrar o esquema criminoso, que realizou doações financeiras para campanhas bolsonaristas.

PT e CPI do Master

A operação contra Ciro Nogueira também embaralhou a estratégia eleitoral do entorno de Flávio, que já chegou a especular publicamente sobre a possibilidade do senador concorrer como vice em sua chapa.

Reportagem do GLOBO mostrou que aliados do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) admitem que o caso provocou impacto sobre a articulação com a federação União-PP, considerada peça central no projeto eleitoral do PL.

Logo após a ação da PF contra Ciro, Flávio divulgou um vídeo em que se referiu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva como "pai do Lulinha", investigado no escândalo do **INSS**, e afirmou que o PT foi contrário à abertura da CPI do Master. O senador também citou ligação entre o Master e integrantes do PT na Bahia, como o ex-ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o senador Jaques Wagner.

Site:

<https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2026/05/genial-quaest-apos-operacao-contrario-ciro-nogueira-cresce-percepcao-que-caso-master-afeta-toda-a-classe-politica.ghtml>

PGR aponta omissões e falhas na delação de empresário no caso do INSS

Natália Portinari

A proposta de delação negociada pela Polícia Federal com Maurício Camisotti, empresário investigado no caso das fraudes do **INSS**, tem, segundo a PGR (Procuradoria-Geral da República), falhas e omissões que precisam ser corrigidas.

No início do mês, a PGR pediu ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça que a delação fosse refeita, já que não tinha contado com a participação da Procuradoria.

A apresentação de delações premiadas costuma ser feita pelo Ministério Público, que tem a titularidade da ação penal, ainda que haja colaboração com a PF. Agora, a delação de Camisotti está sendo feita do zero, em uma nova negociação.

Dono da Total Health, que atua nos ramos de seguros e de planos de saúde, Camisotti foi preso em setembro de 2025 na mesma fase da Operação Sem Desconto, que levou à prisão de Antônio Carlos Camilo Antunes, o "Careca do **INSS**".

A PF o descreve como peça central do núcleo financeiro do esquema de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas e aponta que ele controlava, como sócio oculto, três entidades associativas -Ambec, Unsbras e Cebap-, que teriam faturado mais de R\$ 1 bilhão com fraudes desde 2021.

Procurada, sua defesa não respondeu ao contato do UOL.

No início de abril, Camisotti assinou o primeiro acordo de delação premiada do caso do **INSS**, no qual confessou os descontos indevidos.

O acordo fechado com a PF, porém, não explicava transações financeiras do empresário consideradas essenciais pelos investigadores para elucidar algumas suspeitas.

A PGR ainda exigiu agora que seja incluída a devolução de valores em contas atualmente bloqueadas na Justiça, o que também não havia sido considerado pela PF, segundo fontes ouvidas pela coluna.

Camisotti propôs a devolução de R\$ 400 milhões, mas a conta não incluía bens bloqueados em contas de empresas ligadas a ele.

A avaliação é que, se fosse seguida a proposta encaminhada ao STF, o empresário ainda teria acesso a bens desviados após o fim do processo.

A delação foi a estratégia adotada por Camisotti para tentar obter a prisão domiciliar, já que ele está preso desde setembro de 2025. A autorização, porém, só deve sair no momento de eventual homologação do acordo.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2026/05/13/pgr-aponta-omissoes-e-falhas-na-delacao-de-empresario-no-caso-do-inss.htm>

Justiça Federal afasta IBS sobre exportação indireta

Beatriz Olivon e Marcela Villar

A 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal afastou a incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) nas operações de fornecimento de bens destinados à exportação, mesmo quando feitas por intermédio de tradings. A sentença, uma das primeiras sobre a **reforma tributária**, aceitou pedido feito em um mandado coletivo impetrado pelo Conselho Brasileiro das Empresas Comerciais Importadoras e Exportadoras (Cecex).

A decisão pode impactar 25 mil pequenos exportadores, cerca de 10% das exportações brasileiras e abre uma frente judicial relevante contra a **reforma tributária**, segundo o advogado do Conselho, Fernando Zilveti. Tributaristas também dizem que a premissa da reforma, de que traria mais simplificação e reduziria o contencioso "cai por terra", pois os litígios já começaram.

No mesmo dia, a Cecex entrou com outra ação, mas contra a incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A liminar foi negada pelo juiz Manoel Pedro Martins de Castro Filho, da 6ª Vara Federal Cível do Distrito Federal. Ele julgará o pedido na sentença, pois entende ser necessário contraditório, "dado que a reforma passou pelo quórum legislativo qualificado para aprovação" (processo nº 1013794-80.2026.4.01.3400).

Segundo advogados, essa situação confirma as críticas à opção pelo IVA dual. A CBS e o IBS, em tese, seriam **tributos** "gêmeos", oriundos das mesmas leis, mas têm competência tributária distinta - um é de responsabilidade da União, outro dos Estados e municípios, administrado pelo Comitê Gestor. Por isso, o contencioso judicial é distinto, o que pode gerar decisões conflitantes, uma favorável para o IBS e não para a CBS, como ocorre agora.

No pedido referente ao IBS, o Cecex alega que a Constituição assegura a não incidência de **tributos** sobre exportações, sem condicionamentos, abrangendo também exportações indiretas. Por isso, segundo a entidade, a Lei Complementar nº 214, de 2025, ao submeter tais operações a regime de suspensão condicionada ao cumprimento de requisitos como certificação no Programa OEA, patrimônio mínimo e regularidade fiscal ampla, desvirtua a

imunidade constitucional, "convertendo-a em benefício fiscal restrito e seletivo".

Já o Comitê Gestor do IBS defende a previsão legal, afirmando que a imunidade constitucional não alcança operações internas anteriores à saída da mercadoria do território nacional. Ainda segundo a defesa, o fornecimento de bens a empresa comercial exportadora configura operação distinta da exportação, sujeita à incidência do tributo, sendo legítima a suspensão condicionada para controle fiscal.

O Comitê ainda destaca, em sua defesa, que o objetivo de impor tais requisitos seria "resguardar a arrecadação e prevenir fraudes". A argumentação, porém, não convenceu o juiz do caso, Paulo Afonso Cavichioli Carmona, da 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Na sentença, ele considera que a Constituição estabelece, de forma expressa, a não incidência dos **tributos** sobre bens e serviços nas operações destinadas ao exterior, assegurando a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às etapas anteriores da cadeia (processo nº 0701878-82.2026.8.07.0018).

Segundo Carmona, há "opção constitucional clara" pela desoneração integral das exportações, orientada pelos princípios da neutralidade e da competitividade no comércio internacional. Para o juiz, essa diretriz não se limita à operação final de saída da mercadoria devendo alcançar as operações intermediárias.

"Não se revela juridicamente adequado restringir o alcance dessa desoneração constitucional mediante a imposição de requisitos subjetivos", afirma na decisão. Para o magistrado, a restrição "assume especial gravidade no contexto das exportações indiretas", porque nele a atuação de exportadoras constitui meio legítimo e usado para a inserção de produtores no mercado internacional, sobretudo os de menor porte.

Henrique Munia e Erbolato, do Santos Neto Advogados, diz que a sentença foi positiva, pois havia restrição de produtores à exportação indireta, com impacto na carga tributária. "A imposição dessas barreiras restringe a participação de empresas que dependem de intermediários para que seus produtos

cheguem ao mercado internacional de forma desonerada", afirma.

Para o advogado do caso, Fernando Zilveti, a restrição foi direcionada a pequenas e micro empresas comerciais exportadoras ao colocar um piso de patrimônio líquido que fica acima do que eles costumam ter. Em geral, elas operam com comissões sobre o valor exportado e não tem grande patrimônio líquido - que pode até ser negativo, segundo ele. "Do jeito que ficou a redação da norma, as grandes têm imunidade mas as pequenas não. A desculpa é que tem muita trading falsa, mas isso não justifica esse ataque", diz.

Em nota, o Comitê Gestor afirma que a decisão está sujeita a reexame pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), não produzindo efeitos definitivos até manifestação do órgão colegiado. O órgão informa ainda que vai adotar as "medidas processuais cabíveis dentro do prazo legal".

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que atua na cobrança de **tributos** federais (como a CBS), foi procurada e, em nota, diz que não é parte nesse processo e não irá se manifestar sobre o caso.

Ana Assunção, do escritório Brigagão Duque Estrada Advogados, afirma que a decisão é o início do contencioso judicial após reforma. "A reforma apresenta novo cenário, e a sentença proferida reforça a necessidade de adequação ao texto constitucional e aplicação primária dos princípios constitucionais, a exemplo do princípio da isonomia, neutralidade e livre concorrência", diz.

É também o que pensa o advogado Maurício Faro, do BMA Advogados. "É mais uma prova de que infelizmente a gente vai continuar tendo muito contencioso", afirma. "O juiz reconhece que a sistemática trazida pela reforma mitiga o dispositivo constitucional que beneficia as exportações, tirando a tributação. Ela não poderia mitigar esse racional exigindo o cumprimento de requisito subjetivo", completa.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Governo estuda medidas para aliviar efeitos da reforma tributária sobre o setor aéreo

Por Mariana Assis, g1 - Brasília

Diante de estimativas de que os custos das companhias aéreas podem triplicar caso a **reforma tributária** para o setor seja mantida nos moldes atuais, o governo federal estuda medidas para reduzir os impactos sobre as empresas e evitar reflexos no preço das passagens aéreas.

??Aprovada em 2023 e sancionada em 2025, a **Reforma Tributária** passa por um período de teste neste ano. A partir de janeiro de 2027, entra em vigor com a substituição do PIS/Cofins pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A substituição do ICMS e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) se dará de forma gradual a partir de 2029 até 2033.

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) estima que a carga tributária do setor seja triplicada, elevando ainda mais o custo das operações e comprometendo a competitividade das empresas, a demanda e a conectividade do Brasil .

Hoje, a aviação brasileira possui 60% dos custos atrelados ao dólar, o que representa um cenário desafiador para o crescimento da indústria. O texto da **reforma tributária** aprovado pelo Congresso pode tornar o cenário ainda mais complexo , afirmaram em nota.

Uma das propostas do governo mira a aviação regional.

A proposta em estudo prevê que o acesso à redução de 40% nas alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e CBS, benefício previsto em lei para voos regionais, seja definido com base em toda a malha aérea operada pela companhia, e não apenas em trechos isolados.

Segundo o secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos, Daniel Longo, a ideia é reconhecer que a aviação regional funciona de forma integrada, e não fragmentada.

"Em vez de analisar rota por rota, a ideia é olhar para a malha como um todo. Se a empresa tiver uma operação predominantemente regional, ela poderá acessar o desconto tributário de 40%", explicou ele, ao

g1.

??A proposta busca estimular as companhias a ampliarem a regionalização de suas operações.

Pelo modelo em discussão, seriam consideradas empresas aéreas regionais aquelas com pelo menos 50% da oferta de assentos destinada a rotas regionais.

O enquadramento permitiria a aplicação mais ampla do benefício tributário, criando condições para que receitas obtidas em rotas mais rentáveis ajudem a sustentar a expansão e a manutenção de voos em áreas menos atendidas do país.

Imposto seletivo e transporte internacional

Em relação ao imposto seletivo, a proposta em discussão prevê a isenção dos **tributos** para aeronaves com maior eficiência ambiental.

?? A medida busca estimular as companhias aéreas a renovarem suas frotas com modelos mais modernos e menos poluentes.

De acordo com o secretário de Aviação Civil, Daniel Longo, a proposta é que aeronaves que possuem parâmetros mais eficientes, do ponto de vista ambiental, no mercado, sejam isentas do imposto.

"Isso para incentivar as empresas aéreas nos processos de renovação de frota a focarem naquelas aeronaves mais modernas e ambientalmente menos poluentes", explicou Longo.

Segundo ele, o tema vem sendo tratado em conjunto com o Ministério da Fazenda e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

?? Em relação aos voos internacionais, o governo analisa uma nota técnica da Anac que pode abrir caminho para a adoção do princípio da reciprocidade na cobrança de **tributos**.

A proposta busca reconhecer a prevalência dos acordos internacionais de serviços aéreos sobre a **legislação tributária** brasileira. Na prática, a avaliação é de que esses acordos poderiam afastar a incidência do novo tributo sobre operações internacionais.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/05/13/governo-estuda-medidas-para-aliviar-efeitos-da-reforma-tributaria-sobre-o-setor-aereo.ghtml>

Fazenda cria grupo com CGU para debater remuneração de bancos no split payment da Reforma Tributária

Ainda sem avanços mais efetivos nas negociações com os bancos pelo pagamento do serviço de "split payment" da **Reforma Tributária** (que prevê o desconto do IBS/CBS no momento da transação), o Ministério da Fazenda criou um grupo de trabalho para tratar do tema, que envolve tanto atores do governo como do sistema financeiro.

A Controladoria-Geral da União (CGU) foi incluída no grupo, evidenciando uma preocupação de que a decisão que será tomada após os 45 dias de prazo seja segura para os representantes do governo. As discussões serão tanto para a remuneração do "split" como da "rede arrecadadora de **tributos** federais", cuja sistemática foi questionada anteriormente pela CGU, que defendeu que os bancos já eram remunerados pelo chamado "floating" (o ganho de juros que o banco tem pelo período que o dinheiro está com ele)

Como o GLOBO revelou, a discussão sobre o pagamento pelo serviço do "split payment" entre governo e bancos se intensificou nesse ano, diante da aproximação do calendário da **reforma tributária**.

Segundo interlocutores ouvidos pelo GLOBO, o valor unitário, de caráter preliminar, foi obtido considerando-se uma amostragem de menos de 10% das mais de 220 instituições financeiras que poderão participar do sistema - que foram as que apresentaram informações para elaboração desse primeiro estudo.

E tem tido momentos de tensão. Um estudo inicial do setor financeiro apontava que, para fazer frente à necessidade de investimentos entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões para implantação do sistema, o custo seria, em primeiro momento, de R\$ 1,50 por transação, que cairia após algum tempo - considerando alguns fatores, como a amortização dos investimentos.

Apesar dessas ponderações, o governo nos bastidores fez questão de deixar claro para os bancos que considerava o número elevado e que seria preciso avançar nos estudos e parâmetros a serem considerados na definição da remuneração, segundo fontes relataram. Há uma grande preocupação com a equação fiscal e com a atuação dos órgãos de

controle.

É nesse sentido que surge a CGU na equação. A lógica é dar conforto para que um eventual entendimento entre as partes seja menos suscetível a questionamentos. A Secretaria Executiva do GT será exercida pela **Receita Federal**. O colegiado terá reuniões semanais, podendo ter encontros extraordinários. As aprovações só ocorrerão por unanimidade.

Além da possibilidade de remunerar os bancos, o governo trabalha com ideias alternativas para colocar o "split" de pé. Entre elas, a de o Serpro, empresa de processamento de dados do governo, participar da construção do sistema. Outra, sem consenso no governo e fortemente rejeitada pelo setor financeiro, é de um leilão no qual venceria o menor preço e nos quais as instituições perdedoras seriam remuneradas com desconto em relação ao valor do lance vencedor.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/fabio-graner/post/2026/05/fazenda-cria-grupo-com-cgu-para-debater-remuneracao-de-bancos-no-split-payment-da-reforma-tributaria.ghtml>

Governo zera a taxa das blusinhas

» **RAPHAEL PATI** » **FRANCISCO ARTUR DE LIMA** »
FERNANDA STRICKLAND

Em um movimento que causou surpresa no Congresso Nacional, o governo federal resolveu voltar atrás com a taxa das blusinhas, como é reconhecida a tarifa instituída em junho de 2024 sobre a importação de produtos de até US\$ 50. Na noite de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória (MP) que extingue a taxa que estava em vigor há quase dois anos. A MP foi publicada, ontem, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) e já entrou em vigor.

Além disso, foi instituída uma portaria pelo Ministério da Fazenda que trata sobre a continuidade do programa Remessa Conforme. Desde agosto de 2024, essas compras estavam submetidas a uma taxa com alíquota de 20%. O objetivo, segundo o governo, era frear a atuação do contrabando no setor, além de ser uma proteção para o mercado interno em meio ao avanço de sites de e-commerce chineses, como AliExpress, Shopee e Shein. Mesmo com o fim deste tributo, a partir de hoje, os produtos seguem submetidos à taxa do Imposto sobre o Consumo de Mercadorias e Serviços (ICMS), que passou de 17% para 20% em 10 estados, no mês passado.

A assinatura da MP ocorreu, ontem, no Palácio do Planalto, após uma reunião de Lula com o vice-presidente Geraldo Alckmin, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, e os ministros Bruno Moretti (Planejamento e Orçamento), Míriam Belchior (Casa Civil), Guilherme Boulos (Secretaria-Geral da Presidência) e Márcio Elias Rosa (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços-Mdic).

Alckmin foi um dos nomes do governo que outrora defendia a manutenção da taxa das blusinhas como estratégia de proteção à indústria nacional. "Continuo a entender que é necessário, porque a tarifa é ainda menor do que a aplicada na indústria nacional. Se você for somar aí 20% do imposto de importação, mais o ICMS dos estados, vai dar menos de 40%. Já o produtor nacional paga quase 50%" disse o vice-presidente, em conversa com jornalistas no mês passado.

Na mesma linha de Alckmin, o secretário-executivo da Fazenda e o ministro da Fazenda, Dario Durrigan, defendiam, até ontem, uma eventual manutenção da taxa das blusinhas. Isso, segundo Ceron, evitou

concorrência "destrutiva e desleal". Antes da assinatura oficial da MP, ele afirmou que a taxa teve sucesso no combate ao contrabando no comércio digital e destacou que o fim da taxa deve beneficiar a população mais carente, "que utiliza muito dessas plataformas para adquirir produtos que são muito importantes para o seu dia a dia".

No plenário da Câmara dos Deputados, parlamentares relataram surpresa com a assinatura da medida provisória. O líder do governo na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta (PT-RS), afirmou que o parecer está concluído e deve ser apresentado ainda hoje, sinalizando aceleração nas negociações em torno da proposta.

Já o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), e vice-líder na Câmara da legenda, afirmou que, embora houvesse conhecimento de que o relatório dessa MP estava sendo elaborado, os parlamentares foram "pegos de surpresa" com a

sinalização de apresentação imediata do texto, o que aumentou a movimentação e as articulações de última hora na Casa. Passarinho disse ainda que se o governo voltasse atrás, seria uma vitória para a direita. "Na minha opinião, isso só gera desgaste, é um tiro no pé" afirmou.

Em nota publicada na noite de ontem, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e Combate à Pirataria (FPI), presidida pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ), criticou a medida provisória e afirmou que ela enfraquece a indústria, além de ampliar a concorrência desleal com empresas brasileiras. "Não existe competitividade quando o empresário brasileiro paga **impostos** altos e o produto importado entra sem tributação. Isso prejudica empregos, produção nacional e o comércio formal", informou o **comunicado**.

O setor produtivo também criticou a MP. Por meio de nota, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) manifestou preocupação com a medida, afirmando que ela ampliaria a "assimetria competitiva" entre a indústria nacional e plataformas internacionais de e-commerce. "A retirada da tributação sobre produtos importados de baixo valor tende a aprofundar a concorrência desigual enfrentada pelas empresas nacionais, especialmente pelos pequenos e médios negócios" afirmou a entidade.

A Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvetex)

também repudiou "com veemência" o fim da taxa das blusinhas. Em nota, a entidade, inclusive, informou que "a medida colocará em risco 18 milhões de empregos gerados pela indústria do varejo nacional".

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/05/13/all.pdf>

Governo busca opção a projeto de lei sobre preço da gasolina

FABIO GRANER E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br

Com a Petrobras sob pressão para aumentar o preço da gasolina e a falta de avanço concreto no projeto de lei complementar (PLP) 114, que prevê o uso de receita extra de petróleo para desonerar combustíveis, o governo corre contra o tempo e avalia alternativas que possam absorver pelo menos parte de uma eventual alta de preços.

Ontem pela manhã, foi realizada uma grande reunião no Ministério do Planejamento, liderada pelo ministro Bruno Moretti, com representantes das pastas da Fazenda, Casa Civil, Minas e Energia e também da Petrobras. O ministério não divulgou a pauta, mas a reunião ocorreu um dia depois de um encontro da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, no qual foi tratado o cenário imposto pela guerra.

Na teleconferência para falar dos resultados no primeiro trimestre, Magda afirmou que o reajuste no preço da gasolina "vai ocorrer já já", mas ressaltou que a estatal e o governo federal estão trabalhando em uma iniciativa conjunta para amenizar os efeitos do aumento dos preços do combustível para a população.

- Nós estamos tratando disso. Vai acontecer já já um aumento de preço de gasolina - disse a presidente da Petrobras. - Estamos trabalhando na questão da gasolina e, em breve, os senhores vão ter também boas notícias em relação a nossa gasolina.

DISCUSSÃO SIGILOSA

O último movimento no preço da gasolina ocorreu em janeiro deste ano, quando o valor médio por litro caiu R\$ 0,14 nas refinarias, para R\$ 2,57. Já o diesel teve alta de R\$ 0,38 por litro em março, para R\$ 3,65.

- Quando nós estávamos observando o aumento do preço da gasolina, observamos isso frente ao preço do etanol no mercado brasileiro nos últimos pouco mais de 15 dias. Nós tivemos um preço do etanol baixando bastante no mercado brasileiro. Ele é competidor, sim, do nosso mercado. Então, nós estamos agora tratando desse aumento de gasolina, mas sempre de olho no nosso market share e na evolução do mercado do etanol - disse Magda.

O plano A do governo é aprovar o PLP 114, mas a proposta, relatada pela deputada Marussa Boldrin (Republicanos-GO), só teve a urgência aprovada, sem qualquer evolução. Sem a aprovação do texto, se quiser reduzir os **tributos** dos combustíveis, o governo terá de elevar **impostos** ou contribuições em outro lugar, a fim de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A parlamentar está em Nova York para as reuniões da Brazil Week, e só retorna na próxima sexta-feira. Até o momento, ela não apresentou nenhum relatório, e as discussões com o governo não avançaram porque a equipe econômica não aceita incluir medidas para beneficiar o agronegócio, como estaria defendendo Marussa. A deputada não retornou as ligações da reportagem do GLOBO.

Sem um avanço dos parlamentares, o governo já tem o discurso pronto de que o Congresso não quis legislar para mitigar o impacto da alta da gasolina na população. Em abril, o item avançou 1,86%, representando o maior impacto individual no IPCA no mês, mesmo antes de um reajuste do combustível.

É mais um capítulo na crise entre Executivo e Legislativo, que atingiu o pico com a derrubada da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) e da derrubada do veto ao PL da Dosimetria.

A discussão sobre o que fazer como alternativa está cercada de sigilo. A presidente da Petrobras, no entanto, elogiou ontem o programa de subvenção (quando o governo paga) para o diesel, que está em vigor - o que pode ser lido como uma pista.

- Estamos tendo excelentes resultados em termos de comercialização de petróleo cru para o exterior. E também estamos trabalhando muito junto com o governo brasileiro em termos de subvenção para as vendas dos nossos derivados no mercado nacional. No mês de março até meados do mês de abril, o nosso diesel, que chegou com dois centavos por litro de aumento para o consumidor brasileiro, teve uma subvenção que representou para nós um aumento do preço do diesel em cerca de, em um mês, 46% - afirmou Magda.

Caso decida por uma subvenção da gasolina, o governo poderia abrir um crédito extraordinário para gastar além do limite do teto de despesas, mas ainda teria que cuidar do cumprimento da meta de resultado primário (receita menos despesas), ou fazer um crédito suplementar e cortar despesa em outra área para cumprir as regras fiscais.

"PRODUTOS ACESSÍVEIS"

Magda, na teleconferência, lembrou que a Petrobras não repassa aos consumidores "mudanças abruptas de preço", como as decorrentes do conflito no Oriente Médio. E ressaltou o trabalho conjunto com a União:

- O governo federal zela pela capacidade da Petrobras de se manter estável em cenários difíceis e também com a capacidade de apresentar à sociedade produtos acessíveis ao bolso do brasileiro. Esse mercado é nosso, o mercado do Brasil é nosso, nós zelamos pelo nosso mercado, fazemos dinheiro com o nosso mercado.

Em relação ao diesel, a presidente da Petrobras afirmou, na teleconferência, que a subvenção do governo já chega a R\$ 1,50. Disse ainda que a estatal vem "acompanhando pari passu" a evolução nos preços:

- Entendemos que nós estamos 100% dentro e seguindo a nossa política de preços pari passu com a evolução desse preço dos combustíveis, inclusive no mercado internacional.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula assina MP que elimina cobrança da "taxa das blusinhas"

Sofia Aguiar, Mariana Andrade e Jéssica Sant'Ana
(Colaboraram Estevão Taiar e Beatriz Roscoe)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na noite de terça-feira (12), uma medida provisória (MP) que zera o imposto federal incidente sobre importações abaixo de US\$ 50 no Brasil, a chamada "taxa das blusinhas". A revogação da taxa enfrentava resistências dentro do governo, especialmente da equipe econômica. Mesmo assim, foi anunciada por ser considerada uma medida com forte apelo popular e que pode gerar efeitos positivos na disputa à reeleição de Lula neste ano, em um momento de baixa popularidade do presidente.

O anúncio foi preparado de última hora pelo governo. Ao lado de Lula, na cerimônia no Palácio do Planalto, o secretário-executivo da Fazenda, Rogério Ceron, disse que a retirada da tributação dessas compras, após três anos, só foi possível após o endurecimento de ações contra o contrabando no país e a regularização do setor.

A MP e a portaria que zeram a taxa foram publicadas em uma edição extra do Diário Oficial da União (DOU) na noite de terça-feira. O texto da MP também autoriza o ministro da Fazenda a reduzir de 60% para 30% a alíquota do Imposto de Importação para compras de até US\$ 3 mil. Já na portaria publicada no mesmo DOU extra, foi previsto que remessas entre US\$ 50,01 e US\$ 3 mil terão alíquota de 60%, mas poderão deduzir US\$ 30 de Imposto de Importação, de forma a ter o tributo pago reduzido.

"Comunicamos que depois de três anos, nós conseguimos praticamente eliminar, combater o contrabando e regularizar o setor. Nós podemos dar um passo adiante", disse Ceron. O secretário-executivo afirmou que a medida é um "avanço importante". "O setor foi regularizado, vai continuar regular e poder usufruir dessa zeragem da tributação", comentou. Ele frisou que o anúncio vai beneficiar a população mais carente e "que utiliza muito dessas plataformas para adquirir produtos que são muito importantes para seu dia a dia".

O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, disse que o importante é que a medida afeta produtos de consumo popular. "Os números mostram que a maior parte das compras é de pequeno valor. O que o

senhor [presidente Lula] está fazendo é retirar **impostos** federais do consumo popular, do consumo das pessoas mais pobres. O senhor está melhorando o perfil da nossa tributação", comentou.

Chamou atenção o fato de ministro da Fazenda, Dario Durigan, não estar presente no anúncio. Ele estava ciente da medida, que começou a ganhar forma em reuniões realizadas na segunda-feira (11), mas já tinha se comprometido a participar de uma audiência na Câmara dos Deputados no mesmo horário. Ao deixar o Congresso, ele evitou comentar o assunto. "Trato disso depois", disse.

A chamada taxa das blusinhas é uma alíquota de 20% sobre o Imposto de Importação aplicada a compras internacionais de até US\$ 50, criada com o intuito principal de reduzir assimetrias tributárias

entre plataformas estrangeiras e produtores e varejistas nacionais. A medida foi apoiada pelos setores têxtil e varejista nacionais.

Segundo estudo da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a taxa impediu a entrada de R\$ 4,5 bilhões em produtos importados, e ajudou a preservar mais de 135,8 mil empregos e R\$ 19,7 bilhões na economia brasileira. Mesmo assim, o impacto fiscal da revogação da medida é considerado "baixo", segundo interlocutores do governo ouvidos pelo Valor. Em 2025, o governo arrecadou R\$ 5 bilhões com a cobrança, contra R\$ 2,8 bi no ano de 2024.

Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria, avaliou que a revogação tem como objetivo melhorar a avaliação do governo a poucos meses das eleições.

Porém, do ponto de vista econômico, há os dois lados.

Por um aspecto, ele explica, os consumidores "saem ganhando" com o fim da taxa. "Já a indústria do setor e o comércio devem receber a medida de forma negativa, embora não seja uma surpresa. O protecionismo de forma geral não é algo bom, embora nesse caso exista sempre o questionamento sobre a capacidade de competir com esses produtos da China", afirmou.

O fundador e CEO da Quantivis Analytics, José Ronaldo Souza Júnior, também vê a influência eleitoral

na medida tomada pela gestão. Ele defende uma discussão mais detalhada sobre a efetiva carga tributária que é cobrada no Brasil por produtos similares, como forma de garantir uma igualdade

de competição. De forma geral, Souza Júnior disse que a redução das taxas de importação é importante para aumentar a concorrência no Brasil. "O excessivo protecionismo prejudicou até a competitividade das empresas brasileiras."

Já a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e Combate à Pirataria (FPI) se manifestou contra a MP que revogou a "taxa das blusinhas". Em sua avaliação, ela enfraquece a indústria nacional e amplia a concorrência desleal com empresas brasileiras.

O presidente da FPI, deputado úlio Lopes (PP-RJ), disse que "não existe competitividade quando o empresário brasileiro paga impostos altos e o produto importado entra sem tributação".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Medida ameaça empregos no país, criticam entidades

Michael Esquer De São Paulo

A medida provisória (MP) que zera o imposto federal incidente sobre compras de importações abaixo de US\$ 50 no Brasil, a chamada taxa das blusinhas, ameaça a indústria e o varejo nacional do segmento têxtil e representa subsídio para fabricantes de importados que entram no país, disseram entidades que representam o setor. A medida entra em vigor nesta quarta-feira (13).

Para a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex), a mudança coloca em risco 18 milhões de empregos gerados pela indústria e pelo varejo nacional. "Sem isonomia, o setor prevê um cenário alarmante de desindustrialização e fechamento de postos de trabalho, transferindo riqueza brasileira para o exterior", afirma, em nota. A entidade pede adoção de "medidas compensatórias".

A Abvtex disse que a medida penaliza sobretudo micros e pequenas empresas brasileiras e institucionaliza a concorrência desleal. "É inadmissível que, enquanto o setor produtivo nacional enfrenta uma das maiores cargas tributárias do mundo, juros elevados, custos operacionais crescentes e um ambiente regulatório extremamente complexo, empresas internacionais continuem recebendo privilégios artificiais para avançar sobre o mercado brasileiro."

A cadeia têxtil e de confecção do Brasil, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

(Abit), está presente em mais de 60% dos municípios. A entidade disse que cerca de 80% das peças comercializadas no país custam menos de US\$ 50, faixa que passará a ter "tratamento favorecido para produtos importados".

"As indústrias fabricantes dos produtos que ingressam via plataformas eletrônicas já têm subsídios em seus países. O fim da taxa representa mais uma subvenção, mas concedida pelo governo brasileiro", afirmou a entidade, também em nota.

Com a medida, a Abit também projeta impacto negativo na arrecadação pública, já que nos quatro primeiros meses deste as encomendas internacionais

geraram R\$ 1,78 bilhão em arrecadação federal. A entidade disse que atuará no Congresso Nacional e autoridades para defender a "indústria nacional" e a "concorrência justa."

Cálculo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a taxa das blusinhas impediu a entrada de R\$ 4,5 bilhões em produtos importados e ajudou a preservar mais de 135 mil empregos. A medida, segundo levantamento, também injetou cerca de R\$ 20 bilhões na economia do país.

"Trata-se de uma decisão extremamente equivocada, que penaliza de modo direto quem investe, produz, emprega e acredita no Brasil", completou a nota da Abit.

A federação das indústrias de Minas Gerais (Fiemg) diz que, diante do alto custo de produção e da tributação no país, a retirada de **impostos** de produtos importados torna a competição desigual.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Como é a vida na Europa sem a tecnologia dos EUA

Paola Tamma e Barbara Moens de Sabino Ahumada

"Precisamos avançar com o que chamo de "Airbus dos pagamentos" " Aurore Lalucq

Em maio, a Comissão Europeia deve apresentar um "pacote de soberania tecnológica"

Nicolas Guillou não ficou inteiramente surpreso quando se tornou alvo de sanções dos Estados Unidos em agosto de 2025.

Em seu papel de juiz do Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, Guillou havia emitido os mandados de prisão do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e do ex-ministro da Defesa do país, Yoav Gallant, sob a acusação de crimes de guerra na Faixa de Gaza. Meses antes, alguns de seus colegas no tribunal também haviam sido alvos dos EUA.

O choque para ele foi o alcance das sanções. "Não estava clara para nós, na ocasião, a extensão da ruptura que isso cria em nossa vida cotidiana", diz Guillou.

Em questão de dias, ele foi desconectado de todos os serviços que dependem de empresas americanas. Ele não podia mais usar cartões de crédito americanos, de forma que precisou usar dinheiro vivo ou sistemas de pagamentos nacionais, como iDeal, da Holanda, para transações on-line.

Suas transferências internacionais voltavam. Suas reservas de hotel no Booking.com e na Expedia foram canceladas. Ele não podia alugar bicicletas no sistema público da cidade de Paris, o Vélib" Métropole, que requer garantias via cartão de crédito. Pacotes entregues pela UPS eram devolvidos ao remetente. Sua seguradora de saúde tentou excluí-lo.

"Os departamentos [das empresas] de conformidade com as normas ficaram com tanto medo de quaisquer possíveis consequências nos EUA, que preferem não correr nenhuma forma de risco" diz.

Para as autoridades europeias, a experiência vivida por Guillou ilustra de forma gritante uma vulnerabilidade maior: a rapidez com que os EUA são capazes de desestabilizar a vida cotidiana fora de suas próprias fronteiras por meio dos chamados

interruptores de "desligar" - cortando de forma abrupta o acesso de usuários na Europa à tecnologia e aos sistemas de pagamento dos EUA.

A ideia de que os EUA pudessem vir a cortar seus serviços na União Europeia - ou usar o acesso a eles como moeda de troca para outros objetivos - foi por muito tempo considerada absurda. Passou a ser um pouco menos depois que o presidente Donald Trump retornou ao cargo em 2025 e deixou claro seu descontentamento com os aliados europeus tradicionais dos EUA.

Transformar os serviços em uma arma representaria uma clara escalada em relação às disputas comerciais sobre mercadorias e teria imensas repercussões para ambos os lados.

Ao longo de décadas, a relação econômica da Europa com os EUA foi definida por integração profunda: mercadorias fluíam para o oeste através do Atlântico, serviços retornavam no outro sentido. Em 2023, o superávit da UE em bens foi de 156,6 bilhões; o déficit da UE em serviços no mesmo ano foi de 108,6 bilhões.

Diante do aumento das tensões geopolíticas, essa interdependência

é vista por muitas capitais da UE como um ponto fraco que precisa ser sanado o mais rápido possível. "Os EUA têm a vantagem nisso e têm plena ciência disso", diz um diplomata de alto escalão da UE, referindo-se ao grau em que os europeus dependem dos serviços americanos.

Em nenhuma outra esfera essa dependência é mais clara do que na economia digital. Com urgência cada vez maior, muitas autoridades europeias procuram alternativas às gigantes americanas dos setores de tecnologia e de finanças.

Em alguns campos específicos, a Europa tem vantagem. Controla gargalos cruciais na cadeia de suprimentos mundial, como, mais claramente, com a ASML. A firma holandesa domina o mercado de equipamentos de litografia necessários para produzir os chips mais avançados do mercado e é usada por fabricantes como a Intel e a Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC), uma fornecedora da

Nvidia.

Os EUA também dependem da Europa em aspectos menos óbvios. Empresas europeias de telecomunicações, como Nokia e Ericsson, têm papel importante na infraestrutura mundial de redes móveis.

"A dependência é uma via de mão dupla. Se os EUA tentassem se desvincular de projetistas europeus de chips, como a ASML, ou de fornecedoras de redes móveis, como a Nokia e a Ericsson, que sustentam as redes de telecomunicações americanas, o impacto na economia dos EUA seria simplesmente tão severo quanto", diz Alexandre Roure, da Associação da Indústria de Computadores e Comunicações (CCIA, na sigla em inglês), órgão setorial americano que inclui várias das "big techs".

As próprias cadeias de suprimentos têm uma profunda interligação. A ASML depende de componentes dos EUA, onde está 20% de sua força

de trabalho. "Se você olhar debaixo do capô, a ASML tem uma produção significativa nos EUA", diz Joris Teer, analista do centro de estudos EU Institute for Security Studies.

Esse tipo de interdependência torna qualquer escalada nas divergências difícil e custosa - um motivo pelo qual a Europa tenta reduzir suas vulnerabilidades.

Nas finanças, as autoridades vêm acelerando o trabalho em opções de pagamento pan-europeias que sirvam de alternativa aos sistemas dos EUA, como Visa e Mastercard. Uma delas, encabeçada por um consórcio de bancos, planeja conseguir oferecer "pagamentos transfronteiriços fluidos pela Europa até 2027" - ainda que apenas em 13 países.

Uma iniciativa relacionada, liderada pelo Banco Central Europeu (BCE), é o euro digital, que seria legalmente aceito em toda a região do euro, de 21 membros. No entanto, a proposta está sujeita a complicadas negociações no Parlamento Europeu e é improvável que entre em operação antes de 2029.

"Precisamos avançar com o que chamo de "Airbus dos pagamentos" ", diz a presidente da Comissão Econômica do Parlamento Europeu, Aurore Lalucq, referindo-se à empresa controlada pela França, Alemanha e Espanha que concorre contra a Boeing. "Isso está demorando demais."

A Europa também quer construir mais capacidade tecnológica local. Em maio, a Comissão Europeia (CE) deve apresentar um "pacote de soberania tecnológica" para impulsionar os setores de computação na nuvem, inteligência artificial e chips do bloco econômico, mas

sem excluir empresas americanas, segundo autoridades que foram informadas sobre o pacote.

A maioria das autoridades e

lobistas do setor de tecnologia reconhece que não há forma realista de a Europa replicar toda a oferta digital dos EUA. Ainda assim, os europeus podem conseguir criar nichos mais estratégicos e tentar dominar tecnologias emergentes, como a quântica e a de aplicação da IA.

"A incômoda verdade é que a Europa não produziu uma [grande empresa de tecnologia] própria, apesar de tentar por bem mais de dez anos", diz Roure, da CCIA. "Antes mesmo de considerar o protecionismo, Bruxelas deveria perguntar por quê. E a resposta é que construir e expandir uma empresa de tecnologia na UE ainda é [uma empreitada] fragmentada e complexa demais." Alguns governos federais da UE esperam reequilibrar a relação por meios fiscais.

França, Itália, Espanha, Áustria, Hungria e Polônia cobram alguma forma de imposto digital, enquanto Alemanha, Bélgica, Letônia e Eslovênia anunciaram planos para fazer o mesmo. No entanto, há desvantagens, como possíveis retaliações dos EUA e o impacto sobre os consumidores europeus.

"O problema-chave para a UE na tributação de serviços digitais é a falta de alternativas europeias em IA, mídias sociais, serviços na nuvem e outros componentes do setor digital", diz Jörg Kukies, ex-ministro das Finanças da Alemanha.

"A demanda da UE por serviços digitais é inelástica, [de forma que] o ônus dos aumentos de preços em resposta aos **impostos** digitais tende a ser arcado pelos consumidores europeus, tanto de varejo quanto empresariais."

Outra opção, de ainda maior risco, seria restringir o acesso das grandes empresas de tecnologia dos EUA à Europa, cujas receitas e valor das ações dependem dos 450 milhões de consumidores europeus, o maior e mais rico mercado fora dos EUA.

No auge da crise sobre a Groenlândia neste ano, quando Trump ameaçou tomar o território dinamarquês à força, diplomatas dizem que a maioria dos países da UE mostrou-se a favor do uso de uma medida conhecida como Instrumento Anticoerção (ACI) ou, mais coloquialmente, a "bazuca comercial", que permite à UE direcionar sua mira contra as importações de serviços.

A UE continua dividida sobre o assunto. A França pressiona a favor, enquanto outros países, liderados

pela Alemanha, alertam para as possíveis desvantagens.

O tamanho da dependência europeia em relação às empresas de tecnologia e serviços digitais dos EUA apenas começa a ser compreendido por cidadãos e autoridades. Essa dependência, entretanto, pode crescer ainda mais, à medida que a revolução da IA decolar. A capacidade de computação e o acesso a usuários e dados existentes provavelmente dão aos EUA mais vantagens nessa corrida.

"Você percebe o grau em que depende dessas coisas", diz Guillou, o juiz em Haia. "E como, na verdade, algo que você pensa controlar não está de forma alguma sob seu controle."

UE barra carne bovina brasileira a partir de setembro

»PEDRO JOSÉ* » RAFAELA GONÇALVES

A União Europeia (UE) divulgou, ontem, uma lista de países autorizados a exportar carne para o bloco dentro das novas regras de controle do uso de antibióticos na pecuária a partir de setembro. O Brasil ficou fora da relação, que foi validada pelos Estados-membros e inclui países vizinhos, como Argentina, Colômbia, México e Uruguai, considerados em conformidade com as exigências sanitárias europeias.

A decisão ocorre em meio às pressões de agricultores europeus, principalmente da França, após a entrada em vigor provisória do acordo de livre-comércio entre a UE e o Mercosul neste mês. O tratado ainda aguarda definição judicial sobre a validade no bloco europeu. Segundo a Comissão Europeia, o Brasil não foi incluído por ainda não ter apresentado garantias suficientes sobre a restrição ao uso de determinados antimicrobianos na produção animal. Apesar disso, autoridades do bloco afirmam que a lista poderá ser revista futuramente, caso as pendências sejam atendidas.

A UE é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil e um importante destino das exportações de carnes brasileiras. Em 2025, o país vendeu US\$ 1,8 bilhão de proteínas bovina e de frango ao bloco que reúne 27 países, consolidando-se como o segundo maior mercado, atrás apenas da China, responsável por US\$ 9,8 bilhões, no mesmo período.

A divulgação da lista foi interpretada como uma resposta às críticas do setor agrícola sobre a concorrência externa. O comissário europeu para a Agricultura, Christophe Hansen, disse que os padrões sanitários do bloco são rigorosos e que é legítimo exigir que produtos importados cumpram os mesmos requisitos aplicados internamente. "Nossos agricultores seguem alguns dos padrões de saúde e antimicrobianos mais rigorosos do mundo. Portanto, é legítimo que os produtos importados estejam sujeitos aos mesmos requisitos" afirmou.

Pelas regras da UE, é proibido o uso de antimicrobianos em animais com o objetivo de acelerar o crescimento ou aumentar a produtividade. A legislação também veta antibióticos considerados essenciais para o tratamento de infecções humanas. As restrições integram a estratégia do bloco para

conter a resistência bacteriana e reduzir o uso considerado indevido de antibióticos na produção pecuária.

O governo federal afirmou ter recebido a notícia com "surpresa". Em nota conjunta divulgada, ontem, os ministérios da Agricultura e Pecuária (Mapa), das Relações Exteriores (MRE) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), destacaram que, no momento, as exportações de produtos de origem animal para a UE seguem normalmente, uma vez que a restrição entrará em vigor a partir de 3 de setembro deste ano.

Como primeira medida diplomática para tentar reverter a decisão, o chefe da Delegação do Brasil junto à UE tem uma reunião agendada para hoje com autoridades sanitárias do bloco para buscar explicações. O governo federal garantiu que tomará "prontamente todas as medidas necessárias" para retornar à lista de autorizados e manter o fluxo comercial ao mercado europeu, para o qual exporta há quatro décadas.

Impactos

Para especialistas, a exclusão do Brasil da lista traz desdobramentos nas esferas sanitária, comercial e política. Segundo Davi Lelis, economista e sócio da Valor Investimentos, o principal impacto negativo recai sobre a margem de lucro das empresas e a reputação do país. Ele ressaltou que, embora a China seja o maior destino em volume para a proteína animal

brasileira, a UE representa um mercado de alto valor agregado, que remunera melhor, mas cobra padrões mais rígidos. "Perder ou até restringir o acesso a esse mercado afeta principalmente a margem brasileira, a reputação sanitária e a percepção internacional sobre as cadeias produtivas do país" avaliou o economista.

Do ponto de vista macroeconômico, Lelis avaliou que o impacto direto no Produto Interno Bruto (PIB) nacional deve ser contido. No entanto, ele destacou ainda que os efeitos regionais e setoriais podem ser severos. "O efeito, com certeza, é relevante, principalmente para frigoríficos, produtores integrados, pecuaristas, cadeias logísticas e fornecedores, que podem sentir mais esse baque no geral", explicou ele, lembrando que o agronegócio é um setor altamente estratégico e responsável por quase metade das

exportações do país.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), afirmou que o setor privado tem trabalhado em parceria com o Mapa na elaboração de protocolos voltados ao atendimento das novas exigências eu-ropeias, além de manter diálogo técnico e colaboração com as autoridades competentes sobre o tema. Há, inclusive, segundo a entidade, previsão de missão europeia ao Brasil no segundo semestre para avanço e conclusão desse processo técnico. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), por sua vez, informou que a expectativa é de continuidade do diálogo técnico antes da publicação da versão definitiva da listagem.

Para Felipe Fagundes Rezende de Azevedo, especialista em Reestruturação Empresarial e do Agronegócio, advogado do Bento Muniz Advocacia, a boa notícia é que a janela de reversão está aberta. "A própria UE indicou que a lista é revisável", disse.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/13/all.pdf>

IPCA desacelera em abril

» **RAFAELA GONÇALVES**

Influenciado, principalmente, pela alta nos preços dos alimentos e dos medicamentos, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial do país, registrou alta de 0,67% em abril. O resultado representa desaceleração em relação a março, quando o índice ficou em 0,88%. Esse recuo foi puxado, sobretudo, pela queda nas passagens aéreas e pelo menor ritmo de alta dos preços da gasolina, em função das medidas adotadas pelo governo para conter os impactos da disparada do barril de petróleo no mercado internacional devido ao conflito no Oriente Médio, como subsídios para os combustíveis.

Conforme os dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os nove grupos pesquisados apresentaram aumento nos preços no mês passado. O grupo alimentação e bebidas teve a maior variação, com alta de 1,34%, seguido por saúde e cuidados pessoais, que avançou 1,16%.

A alimentação no domicílio registrou alta de 1,64%, em abril, impulsionada principalmente pelo aumento nos preços da cenoura, do leite longa vida, da cebola, do tomate e das carnes. Em contrapartida, o café moído e o frango em pedaços apresentaram queda nos preços. Já a alimentação fora do domicílio teve variação positiva de 0,59%.

O gerente do IPCA, José Fernando Gonçalves, afirmou que alguns alimentos vêm enfrentando restrição na oferta, fator que tem pressionado o aumento dos preços. "No caso do leite, com a chegada do clima mais seco, sazonal no período, há redução de pasto, necessitando

da inclusão de ração para os animais, o que eleva os custos. Não podemos deixar de mencionar a elevação no preço dos combustíveis, que afeta o preço final dos alimentos por conta do custo do frete" explicou.

Os transportes desaceleraram e registraram variação de 0,06% em abril, influenciado principalmente pela queda de 14,45% nas

passagens aéreas. Por outro lado, os combustíveis apresentaram alta de 1,80%. O subitem com maior impacto individual sobre o índice foi, mais uma vez, a gasolina, cuja alta desacelerou de 4,59% em março para 1,86% em abril.

No grupo saúde e cuidados pessoais, destacaram-se os produtos farmacêuticos, que registraram alta de 1,77%, após a autorização do reajuste de até 3,81% nos preços dos medicamentos a partir de 1º de abril. Também houve aumento nos artigos de higiene pessoal, com destaque para os perfumes.

Gonçalves afirmou ainda que o comportamento dos preços é semelhante nos dois períodos, com influência, de forma geral, dos planos de saúde e dos artigos de higiene pessoal. "Destaca-se

o reajuste dos medicamentos, aprovado a partir de abril, com limite de até 5,09% em 2025 e 3,81% em 2026. Importante salientar, também, que a desvalorização do real frente ao dólar nos primeiros meses de 2025 foi maior do que agora em 2026, e a moeda estrangeira regula insu-mos importados utilizados na indústria farmacêutica" disse.

No teto da meta

No acumulado do ano, o IPCA registrou alta de 2,60% no quadri-mestre. Nos últimos 12 meses, o índice registrou elevação de 4,39%, ficando próximo do teto da meta de **inflação**, de 4,50%, o que, para economistas, acende um sinal de alerta e desafia a atuação do Banco Central para o controle das pressões inflacionárias.

"Apesar da leitura benigna na margem, com o IPCA vindo levemente abaixo do esperado, a composição segue qualitativamente pressionada, concentrada em itens essenciais, como alimentos e medicamentos, o que reduz o conforto do Banco Central e limita uma inflexão mais clara na trajetória de juros no curto prazo" avaliou Sid-ney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

Para ele, o resultado reduz o risco de surpresa inflacionária, mas não muda de forma relevante o cenário, já que a alta em itens menos sensíveis ao ciclo econômico mantém o processo de desinflação mais lento.

Fábio Murad, sócio e fundador da Ipê Avaliações, destacou que o índice de abril mostra que a **inflação** segue sendo um fator central para a decisão de investimento das famílias. "A alta de alimentos, combustíveis, medicamentos e habitação atinge diretamente o custo de vida e reduz a capacidade de poupança", afirmou.

Mesmo com desaceleração frente a março, Murad reforça que o índice acumulado ainda exige atenção. "Os setores que mais sofrem são aqueles ligados ao consumo das famílias e aos custos básicos da economia: alimentação, transporte, saúde, varejo e empresas intensivas em energia", reforçou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/13/all.pdf>

Políticos de outro planeta (Editorial)

O Brasil real vive dias difíceis nas ruas, nos ônibus e trens lotados, nas motos dos trabalhadores por aplicativo que cruzam as cidades 24 horas por dia, nas cozinhas de quem vende brigadeiro para complementar a renda e nos corredores dos supermercados, onde as famílias, premidas pela carestia, com frequência têm de decidir o que põem ou não no carrinho. Esse país, contudo, parece invisível para boa parte da chamada classe política. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seus principais adversários na eleição e uma parcela expressiva do Congresso orbitam um outro planeta, chamado Brasília, um lugar a anos-luz de distância do cotidiano dos trabalhadores.

Esse alheamento da realidade fica ainda mais evidente no debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala de trabalho 6x1.

Vendida como garantia de mais descanso, lazer e tempo com a família, a proposta ignora um dado cruel do mercado de trabalho. Uma pesquisa Quaest mostrou que nada menos que 84% dos brasileiros têm mais de uma atividade profissional para complementar a renda.

Vale dizer, a esmagadora maioria dos trabalhadores não terá um dia adicional para brincar com seus filhos no parque ou simplesmente descansar em casa. Terá um dia a mais para fazer "bicos".

Os defensores da PEC fingem ignorar que a redução forçada do número de horas de trabalho sem aumento correspondente da produtividade não vai melhorar a condição de vida de ninguém.

Não há mágica. Mais cedo ou mais tarde, os resultados do eventual fim da escala de trabalho 6x1, inevitavelmente, serão salários mais baixos, informalidade crescente e avanço da precarização do trabalho. Ainda assim, é espantoso como há membros do governo e parlamentares se acotovelando no Congresso para posar de benfeitores dos trabalhadores brasileiros. Cai nessa esparrela quem quer.

Ainda segundo a Quaest, 51% dos trabalhadores relatam sentir cansaço ou emoções negativas, como mostrou o Estadão no domingo passado. Não é difícil entender por quê. O brasileiro acorda cedo, passa horas no transporte público, peleja com uma **inflação** de alimentos renitente, juros altos no crédito pessoal e serviços públicos não raro precários.

Depois dessa faina diária, ainda precisa se dedicar a "bicos" para mal empatar as contas do mês.

Lula responde a essa realidade com paliativos de curtíssimo prazo, de evidentes contornos eleitoreiros. A reedição do Desenrola, a expansão de crédito fácil, os velhos estímulos setoriais e programas de incentivo ao consumo vêm embrulhados como grandes políticas sociais.

Mas, a despeito de um certo alívio imediato, está-se criando uma massa de endividados que mal chegará a 2027 com sua vida reequilibrada. Eis o velho Lula de sempre, provando, mais uma vez, que quem nasceu palanqueiro jamais será estadista.

O mais impressionante é que, diante desse deserto propositivo, a oposição tampouco oferece algo diferente e inspirador.

O senador Flávio Bolsonaro (PLRJ), até aqui o principal adversário do petista na disputa presidencial, pouco ou nada apresenta sobre a degradação do mercado de trabalho, decerto por absoluta incompetência e desconhecimento.

E assim o debate público permanece prisioneiro das rinhadas ideológicas e das escaramuças nas mídias sociais, enquanto os trabalhadores seguem como meros coadjuvantes de seu próprio drama.

Como se habitassem outro planeta, políticos de diferentes cores partidárias falam dos trabalhadores sem conhecê-los.

Não compreendem as mudanças do Brasil e do mundo. Tratam da redução da jornada de trabalho sem compreender que a maioria dos brasileiros já se vê enredada por jornadas múltiplas. Oferecem programas de acesso ao crédito sem admitir que boa parte da população tem se endividado para pagar despesas básicas do dia a dia, não para comprar uma geladeira nova.

É lamentável essa cegueira coletiva em pleno ano eleitoral. Não faltam problemas a serem discutidos por gente genuinamente interessada em construir um Brasil que proporcione vida digna para todos. Mas Brasília continua debatendo o País como se fosse de uma galáxia distante. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guerra pesa em IPCA de 0,67% em abril

Os efeitos do conflito no Oriente Médio voltaram a afetar em abril os preços de bens de consumo no Brasil, como combustíveis e alimentos, segundo dados do IPCA divulgados ontem pelo IBGE. Pesaram também os reajustes de medicamentos, gás de botijão e energia elétrica.

Indicador oficial da **inflação** no País, o IPCA desacelerou de 0,88%, em março, para 0,67% em abril. Porém, o resultado foi o mais elevado para o mês desde 2022. Como consequência, a taxa acumulada em 12 meses acelerou pelo segundo mês consecutivo: de 4,14%, em março, para 4,39% - ainda dentro da margem de tolerância da meta (4,5%), mas cada vez mais longe do seu centro (3%).

Segundo analistas, a expectativa para o segundo trimestre é de preços ainda pressionados, não apenas por conta do choque do petróleo sobre os combustíveis, mas também pelos efeitos esperados com o El Niño sobre os preços dos alimentos.

Algumas casas já reviram suas projeções para ano - caso do banco ABC Brasil, que espera um IPCA de 4,9% até dezembro, e do ASA, que levou sua projeção de 5% para 5,3%. O Itaú Unibanco fala em "balanço de risco assimétrico para cima", enquanto o Santander diz que o IPCA em 12 meses deve ultrapassar o teto da meta já na divulgação referente a maio.

O resultado também consoli-

dou a percepção de que o Banco Central não deve acelerar o atual processo de "calibragem" dos juros. "Não há espaço de uma aceleração agora, mas para seguir com cortes de 25 (pontos-base, ou 0,25 ponto porcentual). Mas, se persistir o que a gente está vivendo (incerteza sobre a guerra), pode ter de parar antes (o ciclo de cortes nos juros)", disse o economista-chefe do banco Bmg, Flavio Serrano.

Posição semelhante tem Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays: "O BC pode ser forçado a pausar seu ciclo de calibragem mais cedo ou mais tarde caso a deterioração recente nas métricas de núcleo (da **inflação**) continue, enquanto os efeitos diretos do conflito no Oriente Mé-

dio ainda se desdobram".

VARIAÇÕES. Como efeito mais direto do conflito no Oriente Médio, houve elevação no custo da gasolina em abril, citou Fernando Gonçalves, gerente do IPCA

no IBGE. Aumento de 1,86% na gasolina em abril exerceu a maior pressão sobre a **inflação**, com contribuição de 0,10 ponto. O óleo diesel avançou 4,46% e o etanol subiu 0,62%, enquanto o gás veicular recuou 1,24%. Na média, os combustíveis encareceram 1,80% em abril.

"O diesel acaba tendo pressão também porque é combustível do caminhão, que faz transporte dos produtos para as prateleiras", disse Gonçalves. Ontem, a presidente da Pe-

trobras, Magda Chambriard, disse que a gasolina nas refinarias deve aumentar "já, já" (mais informações na pág. B2).

Os alimentos estão entre os produtos que tiveram aumento de preços como impacto indireto da guerra, via frete mais caro, embora também tenha havido pressão de menor oferta em alguns itens. Os preços dos alimentos para consumo em casa subiram 1,64% em abril, quinto mês de aumentos consecutivos. Houve altas na cenoura (26,63%), leite longa-vida (13,66%), cebola (11,76%) e tomate (6,13%). "Vários desses itens estão com restrição de oferta", disse Gonçalves.

Inflação acumula alta anual de 3,8% nos EUA

Os preços ao consumidor nos Estados Unidos subiram em abril ao ritmo mais rápido desde maio de 2023, à medida que os aumentos acentuados nos custos de energia causados pela guerra no Oriente Médio encareceram a vida dos consumidores americanos.

O índice de preços ao consumidor subiu 3,8% no mês passado em relação ao mesmo período do ano anterior, informou ontem o Departamento do Trabalho. O resultado ficou acima do aumento anualizado de 2,4% registrado antes do início do conflito, em fevereiro, e da alta de 3,3% em março.

O aumento foi impulsionado, em grande parte, pelos preços da energia, que subiram 3,8% em relação ao mês anterior. Mas o índice "básico", excluindo os preços voláteis de alimentos e energia, também subiu 2,8% no ano em abril, acima dos 2,6% registrados em março.

À medida que o impacto das tarifas do presidente Donald Trump foi desaparecendo dos índices de **inflação** neste ano, a escassez de commodities impedidas de transitar pelo Estreito de Ormuz está assumindo seu lugar como pressão sobre os preços.

COMBUSTÍVEIS. Os preços médios da gasolina estão acima de US\$ 4,50 por galão, enquanto os preços do diesel quase dobraram. Os custos mais altos dos combustíveis estão se refletindo nos preços dos transportes, incluindo as tarifas aéreas, que subiram 2,8% em abril, bem como nos produtos que chegam ao mercado por caminhão ou barco. Os custos dos mantimentos subiram 2,9% desde abril de 2025, impulsionados em grande parte pelo preço da carne bovina, que vem subindo devido à redução dos rebanhos de gado.

Uma peculiaridade estatística também contribuiu para a alta do índice, uma vez que as pesquisas federais recuperaram o atraso causado pela paralisação do governo no começo do ano. Incapaz de coletar dados sobre o mercado imobiliário dentro do cronograma normal, o Departamento de Estatísticas do Trabalho teve de esperar até abril, ocultando o que poderia ter sido uma desaceleração mais rápida, dada a queda nos aluguéis e nos preços das casas.

Os aluguéis e o índice de custos para proprietários de imóveis subiram 3,3% ao longo do ano, acima do

aumento anual de 3% registrado nos três meses anteriores. Os líderes empresariais também percebem que os custos mais altos estão se refletindo nos preços.

Os consumidores também manifestaram sua insatisfação com os preços mais altos, por meio de índices de confiança econômica em níveis historicamente baixos e índices de aprovação profundamente negativos em relação à gestão da economia por parte de Trump. nyt

Alimentos e gasolina mostram efeitos da guerra na inflação

MAYRA CASTRO mayra.castro@oglobo.com.br

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,67% em abril, uma taxa menor que os 0,88% registrados em março e dentro das expectativas do mercado. Economistas avaliam que, mesmo mais baixo que o mês anterior, o resultado, divulgado ontem pelo IBGE, segue elevado para o mês, com pressão ainda concentrada nos preços de alimentos e combustíveis, em meio aos efeitos da guerra no Irã sobre a cotação do petróleo. Foi a maior alta para o mês desde 2022.

Nos últimos 12 meses, o índice, que é referência para o sistema de metas de **inflação**, continua subindo: saiu de 4,14% em março para 4,39%, ficando mais distante do centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%, podendo oscilar entre 1,5% e 4,5%.

Na visão de André Braz, coordenador dos Índices de Preços do FGV Ibre, a queda do dólar ajudou a impedir que o número viesse maior:

- Houve uma valorização do real, entrou muito dólar aqui no Brasil, em função da taxa básica de juros, que está em 14,5% ao ano. Isso atraiu capital, o que ajuda a controlar o câmbio e a diminuir os efeitos do aumento do petróleo sobre os preços, mas não resolve todo o problema. O viés da **inflação** ainda é de alta.

A subida da gasolina, embora tenha desacelerado de 4,59% para 1,86% de março para abril, foi o item de maior impacto individual no IPCA no mês, antes mesmo de a Petrobras anunciar qualquer reajuste na refinaria após a alta do petróleo causada pela guerra.

Luis Otávio Leal, economista da G5 Partners, acrescenta que a Petrobras não ter realizado reajustes nos combustíveis no último mês também ajudou a conter uma alta maior, assim como os programas de subsídios do governo. Além disso, explica que alguns itens de alimentos subiram de forma muito acelerada e agora estão encarecendo em um ritmo um pouco mais lento.

PRESSÃO DE ALIMENTOS

O grupo de alimentação no domicílio, que havia subido

1,94% em março, avançou 1,64% em abril. Quando se olha para os preços que mais subiram este ano, chama a atenção a variação expressiva de itens básicos, como cenoura (26,63%), leite (13,66%), cebola (11,76%), tomate (6,13%) e carnes (1,59%).

Para os próximos meses, Leal espera desaceleração nos alimentos em maio e junho, mas prevê novas pressões no segundo semestre.

- O pior já passou nos alimentos, pelo menos no curto prazo. A grande questão é o El Niño. Itens que tenham uma safra mais rápida, como verduras, legumes e algumas frutas, já podem ser impactados no segundo semestre.

Braz diz que a **inflação** mensal deve continuar alta, por causa do impacto do petróleo em várias cadeias produtivas.

- Isso ajuda a espalhar muito a **inflação**, através do aumento dos combustíveis, que influencia nos fretes, e do encarecimento de insumos para a agricultura, com adubos e fertilizantes ficando mais caros. Vão ser um inflação fora do intervalo de tolerância da meta antes do fim do ano.

Claudia Moreno, economista do C6 Bank, lembra que o mercado de trabalho aquecido, junto com a perspectiva de desvalorização do real, deve fazer com que os preços voltem a acelerar no segundo semestre.

"As restrições na produção de petróleo e de outros insumos já começaram a pressionar a **inflação**. Por isso, esperamos um corte moderado de 0,25 ponto percentual em junho, levando os juros para 14,25%. No nosso cenário, a Selic deve encerrar o ano em 13,5%", comentou em relatório.

Leal vê um espaço cada vez menor para a redução da Selic. O economista elevou sua projeção para o fim do ano de 12,50% para 13,50% da taxa de juros básica.

Além da alimentação e da gasolina, outro grupo que pressionou o índice de abril foi o de saúde e cuidados pessoais, com avanço de 1,16%. Já a energia elétrica, apesar de estar com a bandeira tarifária verde, teve alta de 0,72%, refletindo reajustes no Rio de Janeiro, Campo Grande, Salvador, Recife, Aracaju e Fortaleza.

O que ajudou a desacelerar o IPCA foram as passagens aéreas, que ficaram 14,45% mais baratas, após alta de 6,08% no mês anterior. Mas esses números ainda não refletem a alta do querosene de aviação.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Conflito faz alta de preços ser a maior em 3 anos nos EUA

A **inflação** dos Estados Unidos subiu em abril para seu maior nível em três anos. O resultado veio dentro das expectativas do mercado, devido às consequências da guerra no Oriente Médio sobre a maior economia do mundo.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ficou em 3,8% em 12 meses, informou o Departamento de Estatísticas, na escalada mais acentuada desde maio de 2023. O IPC anual havia ficado em 3,3% em março e em 2,4% em fevereiro.

Com a forte alta da **inflação**, os salários tiveram a primeira queda em três anos, informou ontem o Departamento de Estatísticas. Os ganhos por hora, descontada a **inflação**, caíram 0,3% frente ao ano anterior.

A gasolina teve grande peso nesse recorde de três anos, mas os aumentos de preços foram generalizados, desde os produtos da cesta de supermercado até os aluguéis.

A guerra no Oriente Médio levou os preços do petróleo a ficarem acima de US\$ 100 por barril. Um galão (cerca de 3,8 litros) de gasolina comum custa hoje, em média, US\$ 4,50 nos Estados Unidos - pouco antes da guerra, estava em torno de US\$ 3, segundo o último relatório da Associação Americana do Automóvel (AAA). É uma alta de 50%.

ALIMENTOS SOBEM

Às vésperas das eleições legislativas de meio de mandato, em 3 de novembro, o governo de Donald Trump afirma que as perturbações econômicas são temporárias, consciente da importância do poder de compra para os eleitores. Mas essa avaliação não é compartilhada por analistas do mercado:

- A **inflação**, que acreditávamos estar sob controle, está acelerando novamente, e isso é um problema real - disse Gus Faucher, economista-chefe do PNC Financial Services Group. - Quanto mais tempo a **inflação** permanecer elevada, maior será a pressão sobre os consumidores.

Mesmo que o atual cessarfogo se mantenha e o Estreito de Ormuz seja reaberto em breve, economistas antecipam que os custos mais altos

provavelmente persistirão nos próximos meses, pois leva tempo para que a produção de petróleo se normalize e os fluxos de transporte sejam restabelecidos.

Um dos principais exemplos nos dados do IPC de abril foi o das passagens aéreas: elas subiram 2,8% em relação ao mês anterior, já que o aumento expressivo do custo do combustível de aviação levou as companhias aéreas a elevarem preços e taxas de bagagem e reduzirem a oferta de voos.

O IPC geral avançou 0,6% em abril. Os preços dos alimentos subiram 0,7%, o maior aumento em quase quatro anos. Carnes, laticínios, frutas frescas e vegetais registraram altas significativas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Alimentos e gasolina pesam, e inflação acende alerta

Vinicius Lucena e Lucianne Carneiro

Apesar de a **inflação** ter desacelerado em abril, o cenário para os preços neste ano piorou muito com a alta dos alimentos voltando a ganhar protagonismo e o preço da gasolina em alta, refletindo a disparada no preço internacional do petróleo causada pela guerra no Oriente Médio. Bens industriais e serviços sensíveis ao ciclo econômico também aceleraram no período, o que deve tornar mais difícil a tarefa do Banco Central de continuar o ciclo de corte na taxa de juros.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,67% no mês passado, ante 0,88% em março. O resultado ficou pouco acima da mediana das projeções de 32 instituições financeiras e consultorias, ouvidas pelo Valor Data (0,66%) e é o maior para o mês de abril desde 2022: 1,06%. Em abril do ano passado, o índice havia subido 0,43%.

Alimentação e saúde responderam por dois terços da alta de abril. Os preços de alimentação e bebidas subiram 1,34% em abril e representaram mais de 40% da alta do IPCA geral, com impacto de 0,29 ponto percentual. Os preços de saúde e cuidados pessoais, por sua vez, avançaram 1,16%, uma influência de 0,16 ponto percentual. O subitem com maior impacto individual foi a gasolina, que subiu 1,86%, em abril e representou 0,1 ponto do indicador. Em março, o combustível teve alta de 4,59%.

"A expectativa era a **inflação** se aproximar dos 3% em 2026. Mas o conflito no Irã e a disparada do preço do petróleo fizeram tudo mudar, houve uma disseminação das pressões inflacionárias que acabaram mudando a trajetória do índice. Alimentação com alta mais persistente não estava no ra

dar. A gente esperava uma desaceleração mais forte. É onde o IPCA tem encontrado maior influência para a aceleração", disse André Braz, coordenador dos índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

"Os alimentos sofrem contágio do aumento do preço do petróleo via frete, porque todas as mercadorias agrícolas são transportadas por caminhões e outros modais, que queimam diesel. Embalagens plásticas são derivadas do petróleo e adubos e fertilizantes

também. Ou seja, os custos de produzir e escoar os alimentos têm aumentado. Alimentação passou a ser um vetor forte de espalhamento da **inflação** em 2026", avalia Braz.

O coordenador do FGV Ibre afirma que a alimentação vai ganhar um protagonismo na **inflação** que era inesperado no início de 2026. Com isso, qualquer

agravamento do El Niño nas safras brasileiras pode piorar ainda mais este cenário. Segundo o especialista, o que tem ajudado a segurar um pouco a pressão inflacionária foi a valorização significativa do real frente ao dólar.

Ainda assim, Braz concorda com a possibilidade de que a **inflação** supere o teto da meta (4,5% em 12 meses) já neste mês de maio. A previsão é reforçada pelo economista do Santander Adriano Valladão, que destaca que as medidas de núcleo surpreenderam para cima, revelando um cenário inflacionário pior do que o esperado.

Nas projeções do Santander, o IPCA em 12 meses deve ultrapassar o teto da meta já na próxima divulgação. "O nosso número era mais alto, então para a gente foi melhor do que o esperado. A maior parte foi por causa da gasolina, que acelerou muito em março, mas a alta residual foi menor em abril".

"O que me surpreendeu foi a parte qualitativa. Tanto por bens industriais, quanto por serviços. O que mais me chamou a atenção foi a surpresa nos serviços subjacentes e intensivos de mão de obra, ambos acima do que a gente esperava", afirma Valladão.

A surpresa nos núcleos relacionados ao setor de serviços também foi destacada pelo economista-sênior da Genial Investimentos, Gabriel Pestana. "Serviços vieram próximos mas, na composição, basicamente todos os subitens trouxeram surpresas altistas, todos para cima".

"Serviços subjacentes, conserto de automóvel, serviços bancários e intensivos. O índice oficial está refletindo essa alta. É a terceira ou quarta leitura que esse índice surpreende, o que não costuma ocorrer em cenários de estabilidade", alerta.

O resultado é sinal de um mercado de trabalho

aquecido e do repasse do choque do petróleo nos preços, dizem especialistas. Para eles, uma deterioração mais forte do que o esperado nas métricas qualitativas aponta para um cenário desafiador para o cumprimento da meta de **inflação** pelo Banco Central.

O economista-chefe do Banco Daycoval, Rafael Cardoso, diz que a "qualidade da **inflação**" tem piorado nos últimos meses para além dos choques mais notórios de gasolina e alimentação. "A gente poderia dizer que a **inflação** está sendo caracterizada por esse choque nos últimos meses. Mas outras métricas também têm acelerado de forma relevante há algum tempo."

"Com tudo isso na conta, o resultado é justamente essa **inflação** se aproximando da banda superior e oscilando dentro desse patamar até o fim do ano", projeta Cardoso. "É uma **inflação** que diz respeito à atividade econômica, mercado de trabalho e salários. Quando a parte mais qualitativa piora, a **inflação** tende a ser mais pegajosa e inercial."

Especialistas apontam que o BC deve ter cautela e certa dificuldade para prosseguir com o ciclo de afrouxamento da Selic. O cenário pessimista, com aumento das projeções de **inflação** no Boletim Focus, do BC, indicam uma ampla desancoragem das expectativas, afirma Gabriel Pestana.

"Mesmo com as expectativas do IPCA subindo no Focus, o BC vai continuar o ciclo de cortes? As expectativas estão desancorando. É algo que preocupa o BC e reforça o cenário de cautela. Se tudo der certo, a **inflação** não piorar muito e o conflito arrefecer, isso viabiliza uma sequência de cortes em 0,25 ponto. Mas, se piorar, eu acho que talvez entre na mesa pausar o ciclo de cortes", diz o economista sênior da Genial Investimentos.

André Braz, destaca que juros altos são um remédio que "não cura qualquer tipo de **inflação**", apenas choques pela demanda. "Houve uma redução da oferta de petróleo, pela incerteza e insegurança que o conflito traz. Para esse tipo de **inflação**, juro alto não adianta."

"Se o El Niño atrapalhar o plantio e colheita, você conta com uma oferta menor de alimentos. O preço sobe e como o juro vai conter essa alta de alimentos? Não vai. Essa é uma limitação do próprio instrumento Selic", explica.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Prévia do IGP-M perde fôlego com preço do petróleo

Alessandra Saraiva

A primeira prévia do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), desacelerou de 0,95% para 0,27% de abril para maio, informou na terça-feira (12) a Fundação Getulio Vargas (FGV). Um arrefecimento de **inflação** de produtos ligados ao petróleo, cuja cotação subiu muito no mês passado devido à guerra de Estados Unidos e Israel contra o Irã, derrubou taxa da primeira prévia, informou André Braz, economista da FGV. O IGP-M é o indexador mais usado no reajuste de contratos de aluguel.

Braz não descartou novas acelerações no IGP-M. Isso porque conflito ainda não foi resolvido. O economista ponderou que a guerra na região em que produz grande parte do petróleo torna incerto patamar de preço do produto, e petróleo, e seus derivados. Caso esses preços subam de novo, o indicador pode voltar a acelerar, admitiu

Braz lembrou que na primeira prévia de abril choques de preço de petróleo e derivados fizeram a **inflação** no atacado. O mesmo não ocorreu na primeira prévia de maio.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), com peso de 60% no total do IGP-M, desacelerou de 1,07% para 0,18% da primeira prévia de abril para a de maio.

As mais expressivas elevações de preços no IPA ocorreram em leite in natura (6,12%) e em carne bovina (2,86%). O setor de pecuária passa por ciclo de abate de matrizes, o que reduz a oferta e eleva os preços.

O arrefecimento de **inflação** de produtos ligados a petróleo também derrubou preços do varejo, que subiram muito em mês anterior. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), 30% do

IGP-M, diminuiu de 0,68% para 0,41%, da primeira prévia de abril para igual prévia em maio.

No atacado, alguns produtos indiretamente ligados ao petróleo continuaram a subir: casos de de sacos ou sacolas de plástico para embalagem (28,49%) e laminados planos e tubulares de material plástico (10,48%).

"Boa parte do choque daquele primeiro grande movimento [de alta] do preço do petróleo já foi absorvida", resumiu Braz.

O economista da FGV ressaltou que a cotação do petróleo pode voltar a subir, devido ao conflito. E, assim, encarecer novamente derivados, dessa commodity no atacado, admitiu.

Impacto do petróleo

"O preço do petróleo, definitivamente, influencia o IGP-M, como já influenciou antes", disse. "Se esse conflito caminhasse para o fim, teria mais espaço para queda no preço do petróleo", disse. "E, com isso, levar a uma desinflação de toda essa pressão acumulada", completou o economista da FGV.

Braz comentou que não há sinais de fim concreto da guerra. "É provável que essa pressão continue. Em função do conflito não ter sido encaminhado [para o fim]", reconheceu.

Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), 10% do IGP-M, passou de 0,66% para 0,63%, da primeira prévia de abril para igual prévia em maio.

O IGP-M acumula altas de 3,21% no ano e de 1,38% em 12 meses até primeira prévia de maio.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Coalizão Indústria quer investir R\$ 1,1 tri até 2030

Ludmylla Rocha De São Paulo

A Coalizão Indústria, que congrega 13 entidades nacionais, prevê que os setores que representa investirão R\$ 1,1 trilhão até 2030, mesmo diante da perda de competitividade sistêmica e da competição "desleal" dos importados asiáticos, segundo avaliam seus líderes.

Diante desse cenário, os aportes são considerados defensivos, afirmou José Ricardo Roriz Coelho, presidente do Conselho da Associação Brasileira da

Indústria do Plástico (Abiplast): "é muito mais para defender o mercado. Nós deveríamos ter um investimento para nos expandir, para pegar o mercado internacional".

Para o executivo, o investimento poderia ser até maior, não fossem as dificuldades enfrentadas pela indústria nacional. "Quem não inova, não faz pesquisa e desenvolvimento, não lança novos produtos, não prospecta novos mercados, não sobrevive, mas nós poderíamos estar investindo até mais", completou.

A Coalizão reúne associações dos setores de construção, alimentos, automotivo, máquinas e equipamentos, transformados em plástico, aço, eletroeletrônico, têxtil, cimento, farmacêutico, calçados e brinquedos. Juntos, eles tiveram um crescimento de 1,2% em sua produção no ano passado, segundo levantamento próprio. Abaixo, portanto, do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país para 2025, que cresceu 2,3%.

Para este ano, a expectativa é de uma alta média de 1,9%, sendo que oito setores estimam um crescimento de até 4% e dois deles, retração. "Não foi um bom ano e 2026 também não será", afirmou o coordenador da instituição e também presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes.

O executivo foi um dos mais vocais a respeito da competição com os produtos asiáticos. Segundo ele, um terço do mercado de brasileiro de aço foi tomado pelas importações, mesmo diante de um "arcabouço de defesa comercial bastante robusto". Dados da Associação do Comércio Exterior do Brasil, associada à Coalizão, indicam este ano será marcado com déficit recorde na balança comercial da indústria de

transformação, de US\$ 146,4 bilhões.

No mercado interno, o grupo, cujos representados respondem por 44,8% do **PIB** da indústria e por 60,6% das exportações de manufaturados, defendeu a redução do chamado "custo Brasil" e a atuação do governo para controle do gasto público a fim de viabilizar a redução das taxas de juros, além de um crescimento econômico sustentado para evitar a desindustrialização do país.

A frente se posicionou ainda quanto à discussão em torno da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, que vem sendo encampada pelo governo federal. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, sugeriu que o tema seja tratado por meio de negociação coletiva, com distinção entre os setores a fim de contemplar as peculiaridades de cada um. "Não se trata de ser contra a melhoria de vida das pessoas. Precisamos de uma transição adequada que impedir o impacto de custo", completou. A instituição é a única do grupo que prevê crescimento de 10% neste ano.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Brasil entre dependência e liderança

A nova economia é marcada pela disputa por inteligência, inovação, dados, sustentabilidade e capacidade de influência, e o Brasil tem todos os recursos para ocupar uma posição importante na economia global. Estamos falando de recursos naturais, capacidade produtiva e relevância geopolítica. No entanto, o país ainda opera, em muitos setores, de maneira dependente das dinâmicas externas.

Acredito que a questão central da nova economia global talvez não seja apenas o quanto o Brasil cresce, mas qual papel pretende ocupar no redesenho das cadeias de valor, tecnologia, energia e produção. Mesmo com tantos recursos, o protagonismo econômico e político do país ainda passa por sérios entraves, e é importante discutir sobre esse lugar que ainda não representa todo o seu potencial econômico e de liderança.

De acordo com dados do Balanço Energético Nacional - BEN 2025, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), cerca de 88% da matriz elétrica brasileira é composta por fontes renováveis, índice muito acima da média global.

Além disso, o país está entre os maiores produtores mundiais de minério de ferro, soja e proteína animal, além de possuir reservas estratégicas de minerais críticos para a transição energética, como nióbio e lítio.

O Brasil possui vantagens que o mundo observa com atenção crescente: biodiversidade, matriz energética diversificada, capacidade agrícola, mercado consumidor robusto e diversidade cultural, que juntos formam um conjunto raro de ativos estratégicos. E é nesse ponto que devemos focar, reconhecer esse potencial e investir.

Grande parte da infraestrutura digital permanece concentrada em empresas internacionais.

E o Brasil precisa entrar nessa corrida para viabilizar recursos para um futuro de autonomia e poder de escolha. Recursos naturais, exportação, tecnologia, controle narrativo, financeiro e intelectual precisam caminhar juntos.

O Brasil é o país do futuro, mas para isso será necessário que no presente haja intenção e ação. Carlos Mello, engenheiro, com MBA pela FDC, formação em liderança global por Harvard e pelo MIT, e atualmente CEO da CSN Mineração, concorda com

essa colocação e pontua neste artigo sua compreensão sobre a nova economia do país que decorre a décadas no mesmo cenário, projeções para o futuro e os desafios estruturais que ainda impedem uma posição de maior autonomia econômica e tecnológica.

"Como líder no setor de mineração e logística há mais de 20 anos e um otimista nato, acredito que o Brasil vive um momento ímpar para reconhecer suas vocações e tornar-se alicerce da transformação global. Somos abençoados com indústrias de base essenciais - óleo e gás, energias renováveis, minerais estratégicos e agronegócio. É preciso superar a falácia de que ser um produtor de commodities impede o desenvolvimento. Em um país de dimensões continentais, são as indústrias de escala que podem nos catapultar para o futuro, provendo o que o mundo mais precisa: energia, comida e infraestrutura", ressalta o CEO e fundador de aceleradora de startups.

A abundância de recursos permite ao Brasil estar entre as maiores economias do mundo, mas ela, por si só, não é suficiente. É preciso organizar poder, conhecimento e direção estratégica. O risco da dependência é contínuo e representa um desafio que precisa ser analisado, e estrategicamente alterado, para gerar abundância social e fortalecer novas fontes de desenvolvimento.

"O problema histórico não é exportar produtos básicos, mas sim a falta de investimento proporcional em indústria, logística, pesquisa e educação técnica. Países como Canadá e Austrália provam que é possível valorizar a indústria de base sem perder o foco na agregação de valor à cadeia", afirma.

A urgência climática e a necessidade crescente de minerais estratégicos colocam o Brasil em posição de destaque. O desenvolvimento de novos projetos, conduzido com equilíbrio ambiental e social, deve funcionar como indutor do progresso nacional. No Canadá, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento representam cerca de 1,7% do PIB, enquanto a Austrália ampliou sua participação global na exportação de minerais críticos voltados à transição energética, e esse é um exemplo do quanto é importante investir a médio e longo prazo.

"Não podemos ser meros espectadores da geopolítica. Nossa competitividade depende de uma postura desenvolvimentista que estimule o investimento privado e a justa aplicação dos recursos na

transformação social. Temos os recursos e um povo com energia incomparável. Se aliarmos nossa vocação natural a uma postura sustentável, não seremos apenas fornecedores de matéria-prima, mas os arquitetos da nossa própria transformação", enfatiza o especialista em mineração e logística.

Segundo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), países que concentram patentes e tecnologia avançada também lideram os fluxos globais de capital e inovação, reforçando a distância competitiva entre economias produtoras de tecnologia e economias dependentes dela. Esse ponto é suficiente para que a discussão sobre o futuro econômico do Brasil, seja potencializada na máxima para que não passemos mais um período sendo percebidos apenas como fornecedor de recursos.

Mercado projeta volatilidade nos Treasuries em nova fase

Luana Reis

No momento em que se aproxima o início do mandato de Kevin Warsh à frente do Federal Reserve (Fed), participantes do mercado se preparam para a nova gestão e se mostram atentos, sobretudo, à possibilidade de mudanças no balanço patrimonial. Investidores, assim, antecipam um aumento da volatilidade no mercado de Treasuries, ao mesmo tempo em que questionam a lealdade de Warsh à Casa Branca.

Em sua sabatina perante o Comitê Bancário do Senado dos

EUA no mês passado, Warsh disse que o balanço de US\$ 6,7 trilhões do Fed desempenha um papel pouco saudável no esforço do banco central americano de cumprir o duplo mandato de pleno emprego e **inflação** na meta. Para ele, se a carteira de ativos fosse menor, "as taxas de juros poderiam ser mais baixas, a **inflação** poderia estar melhor e a economia poderia ser mais forte".

Warsh não detalhou na sabatina como a redução do balanço do Fed seria feita, mas disse que qualquer medida sob sua liderança ocorreria de maneira gradual e com apoio do Tesouro. Vale notar que, na estratégia de gestão da dívida americana, o Tesouro tem encurtado de forma relevante os vencimentos, além de emitir menos papéis de prazos mais longos, com a intenção de não pressionar tanto a curva de juros.

Alguns dirigentes do Fed compartilham de parte das avaliações de Warsh sobre o balanço patrimonial. O diretor Stephen Miran, que deve ceder seu lugar no comitê para Warsh, vem defendendo a redução do balanço e uma maior desregulação do setor bancário nos EUA, ao avaliar que isso poderia abrir espaço para juros mais baixos. Miran acredita que um portfólio de ativos menor funciona como uma forma de aperto sobre a economia e, portanto, o banco central americano poderia reduzir os juros como contrapeso.

Nos últimos meses, a vice-presidente para supervisão do Fed, Michelle Bowman, e o diretor Christopher Waller também defenderam um balanço mais enxuto. Entre os membros de unidades regionais, a presidente do Fed de Dallas, Lorie Logan, e a do Fed de

Cleveland, Beth Hammack, têm sido as maiores defensoras de mudanças na carteira de ativos do banco central americano.

O diretor de renda fixa do Commerzbank, Christoph Rieger, chama atenção para o fato de parte dos membros mais "dovish" (propensos a juros mais baixos) do Fed terem apoiado a redução do balanço de ativos - algo que, na visão dele, provavelmente traz segundas intenções. Rieger destaca que um balanço mais enxuto está alinhado à ideologia republicana de reduzir a intervenção estatal e que essas medidas poderiam abrir caminho para menor regulamentação, defesa do papel do dólar como moeda de reserva e mais cortes nas taxas de juros.

"Ao adotarem uma postura mais restritiva em relação ao balanço, espero que eles passem a exigir concessões em outras áreas, o que pode envolver juros mais baixos ou uma regulação bancária mais branda", afirma Rieger ao Valor. Caso haja uma política mais restritiva de balanço, o executivo acredita que a curva de juros americana tende a ganhar inclinação, ou seja, as taxas longas estariam ainda mais altas em relação aos juros curtos, enquanto os mercados monetários (similares às operações compromissadas no Brasil) teriam maior volatilidade e, possivelmente, taxas mais altas.

"Consideramos bastante possível que Warsh pressione por um compromisso que combine um balanço menor com juros mais baixos, o que favoreceria uma curva de juros mais inclinada", diz Rieger. "Os pedidos para que o Fed reduza seu balanço estão se tornando cada vez mais frequentes. Embora a ideia de um balanço mais enxuto seja amplamente defendida, chama atenção que as vozes mais fortes venham justamente de membros do conselho que defendem juros mais baixos."

Se ao longo do ano passado o atual presidente do Fed, Jerome Powell, fez questão de reiterar nas coletivas de imprensa que a redução do balanço de ativos era independente da condução da política monetária, as declarações de Warsh e Miran sugerem uma nova postura no banco central americano. Mas cabe destacar que, apesar da diminuição da carteira nos últimos anos, a **inflação** segue persistentemente acima da meta nos EUA.

Para Rieger, o objetivo de Warsh ao tentar diminuir o balanço seria atrair mais investidores privados para absorver a emissão líquida de Treasuries e a redução do portfólio do chamado Soma, o estoque de títulos que o Fed adquiriu ao longo dos últimos anos. No entanto, para o executivo do Commerzbank, isso só funcionaria se o governo americano adotasse uma política fiscal responsável e respeitasse a independência do banco central. "Caso isso seja colocado em dúvida, o tiro pode sair pela culatra: investidores privados poderiam se retirar do mercado, o Fed reagiria à dinâmica pessimista dos mercados com cortes de juros, o que alimentaria a **inflação** e aumentaria ainda mais a volatilidade negativa nos vencimentos mais longos da curva", enfatiza.

Na mesma direção de Miran, uma possível solução levantada por Logan e Bowman envolve mudanças nas regras de liquidez como forma de reduzir a demanda dos bancos por reservas do Fed, o que abriria espaço para um balanço menor. Essas regras foram criadas após a crise financeira de 2008 e exigem que os bancos mantenham ativos líquidos e seguros disponíveis para enfrentar períodos de estresse nos mercados, aumentando sua demanda por reservas do Fed.

O economista-chefe do J.P. Morgan para EUA, Michael Feroli, acredita que Warsh deve encontrar um comitê receptivo para seu desejo de reduzir o balanço do Fed, embora as questões mais importantes sejam como isso será feito e em quanto tempo. Ele acredita que reduzir a demanda dos bancos por reservas será o maior desafio e pode ser um processo de vários anos para que não haja uma "escassez disruptiva de reservas".

O Fed decidiu encerrar o processo de aperto quantitativo ("quantitative tightening", ou QT) em dezembro e retomou as compras de ativos com o objetivo de dar maior liquidez aos mercados monetários.

O diretor global de estratégia macroeconômica do Morgan Stanley, Matthew Hornbach, avalia que a redução do balanço do Fed deve levar tempo por exigir discussões relevantes dentro do banco central americano e transparência com o mercado ao longo do processo. "Não acho que os investidores devam esperar surpresas nessa frente daqui em diante, mas sim um movimento contínuo de redução do balanço ao longo do tempo", diz o executivo. "Warsh parece ter deixado claro que qualquer mudança será implementada de forma gradual e comunicada ao público com bastante transparência."

Na mesma linha, Ellen Meade, professora de Economia da Duke University e ex-economista do Fed,

acredita que um enxugamento da carteira poderia ser estruturado por meio de discussões ao longo de uma ou mais reuniões do Fed, o que levaria de seis a 12 meses, dependendo do grau de ambição das mudanças. "Acho que os formuladores de política monetária querem fazer isso, mas Warsh terá que liderar esse processo", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

BNDES lucra R\$ 3,1 bilhões o no 1 trimestre, alta de 17%

Paula Martini, Victoria Netto e Lara Asano

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou lucro recorrente de R\$ 3,1 bilhões no 1 trimestre de 2026, alta de 17% ante igual período de 2025. Os dados foram apresentados nesta terça-feira pela diretoria do banco na divulgação dos resultados financeiros e do desempenho operacional da instituição, em São Paulo. O lucro recorrente exclui ganhos extraordinários como venda de ações e dividendos.

A diretoria do BNDES atribuiu o resultado, que foi recorde no acumulado em 12 meses, ao crescimento dos empréstimos e dos ativos. Em 31 de março de 2026, os ativos totais do BNDES somaram R\$ 995 bilhões, aumento de R\$ 32,2 bilhões (3,3%) em relação a dezembro de 2025. O principal impulso veio da carteira de participações societárias, que totalizou R\$ 110,3 bilhões no fim do 1 trimestre, aumento de 27,7% em relação à posição de dezembro de 2025. As principais ações detidas pelo BNDES, via BNDESPar, braço de participações acionárias do banco, são Petrobras, JBS, Axia Energia (antiga Eletrobras) e Copel.

O diretor financeiro e de mercado de capitais do BNDES, Alexandre Abreu, disse que a carteira da instituição valia R\$ 62,7 bilhões em 2022, quando a atual administração assumiu o banco. Na época, ressaltou o executivo, havia uma pressão para que a carteira fosse vendida, como vinha sendo feito no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"O fato de não ter queimado essa carteira em 2022 nos permitiu ganhar R\$ 75 bilhões em três anos e um trimestre", disse, somando a valorização da carteira ao recebimento de R\$ 27,4 bilhões em dividendos no período.

De janeiro a março deste ano, os desembolsos do banco somaram R\$ 36,2 bilhões, alta de 44% na comparação com igual período de 2025. As aprovações atingiram R\$ 45,7 bilhões no 1 trimestre, avanço de 37% na comparação anual. As consultas, primeira etapa para obtenção de crédito na instituição, somaram R\$ 84,4 bilhões no primeiro trimestre, alta de 65%.

"Consultas, aprovações e desembolsos cresceram

fortemente, apesar de todos os desafios que tivemos nesse período", afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

O diretor de planejamento e relações institucionais do BNDES, Nelson Barbosa, disse ainda que o banco pretende atingir, ainda neste ano, um volume de aprovações equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Disse, no entanto, que o desempenho depende do comportamento das taxas de juros. Segundo Barbosa, dois terços dos financiamentos do BNDES são a taxas de mercado: "O que significa que o banco é bem afetado pela política monetária", destacou.

Na comparação trimestral por atividade econômica, os desembolsos para a indústria totalizaram R\$ 8 bilhões, salto de 67% sobre o 1o trimestre de 2025. Depois, veio o segmento de infraestrutura, com alta de 51% (R\$ 13,4 bilhões) e a agropecuária, com 40% (R\$ 9,1 bilhões).

O avanço das operações também foi influenciado pelo crédito concedido a entes públicos, em especial Estados e municípios, que atingiu R\$ 41 bilhões no período entre 2023 e 2026, cerca de 7,3 vezes o valor de R\$ 5,51 bilhões entre 2019-2022. De acordo com o banco, os recursos foram destinados a projetos de mobilidade urbana, infraestrutura logística, adaptação climática e resiliência.

Mercadante destacou a atuação do BNDES em setores considerados estratégicos. Segundo ele, o banco tem 56 projetos ligados à mineração de terras raras em análise, com potencial de R\$ 50 bilhões em investimentos. "O BNDES está saindo dos setores tradicionais para investir em novos setores, como minerais críticos e fertilizantes", disse.

O presidente do BNDES também afirmou que o banco tem trabalhado no sentido de evitar casos de recuperações judiciais. Mercadante citou, como exemplo, a atuação do BNDES no caso da Braskem, em que a instituição atuou ao lado de credores, da Petrobras e exsócios da companhia em busca de uma solução. "A taxa de juros machucou muitas empresas. O BNDES tem trabalhado fortemente para evitar recuperações judiciais de empresas estratégicas. Nosso trabalho é sanear financeiramente e encontrar soluções."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>